



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
ESTADO DO MARANHÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

**MARÇO/2010**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
ESTADO DO MARANHÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

**RELATÓRIO DE GESTÃO APRESENTADO  
AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL A  
QUE ESTA UNIDADE ESTÁ OBRIGADA NOS  
TERMOS DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO  
FEDERAL, ELABORADO CONFORME AS  
DISPOSIÇÕES DA INSTRUÇÃO NORMATIVA  
TCU N° 57/2008, DA DECISÃO NORMATIVA  
TCU N° 100/2009 E DA PORTARIA TCU N°  
389/2009.**

**São Luís, 30/03/2010**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**Ministro de Estado da Justiça**  
Tarso Fernando Herz Genro

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**Diretor Geral**  
Hélio Cardoso Derenne

**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**Superintendente**  
Inacio Castro Junior

**Superintendente Substituto e Corregedor Regional**  
José Raimundo dos Santos Júnior

**Chefe da Seção Administrativa e Financeira**  
Deuzulina Madalena Diniz Santana

**Chefe da Seção de Recursos Humanos**  
Eduardo José Mendonça Lima

**Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização**  
Joelson Mendonça da Silva

**Chefe do Núcleo de Apoio Técnico**  
Tereza Nascimento Pereira

**Chefe do Núcleo de Comunicação**  
Júlio César Moreira Henriques

**Chefe do Núcleo de Inteligência**  
José Luís Martins Pereira

**Elaboração:**

**Inacio Castro Junior**  
Superintendente

Março/2010



### **MISSÃO**

**PROMOVER SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS, SALVAGUARDANDO A VIDA DAS PESSOAS MEDIANTE O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VISANDO À PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DE CRIMES**

### **VISÃO**

**SER REFERÊNCIA MUNDIAL EM POLICIAMENTO RODOVIÁRIO OSTENSIVO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO**

### **VALORES**

**ÉTICA, DISCIPLINA E HONESTIDADE**

### **OBJETIVOS**

**PRESERVAR A ORDEM, A INCOLUMIDADE DAS PESSOAS, O PATRIMÔNIO DA UNIÃO E O DE TERCEIROS**

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG – Relatório de Gestão  
IN – Instrução Normativa  
DN – Decisão Normativa  
TCU – Tribunal de Contas da União  
CGU – Controladoria-Geral da União  
MJ – Ministério da Justiça  
DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal  
18ª SRPRF/MA – 18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Maranhão  
Port. – Portaria  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
OM – Ordem de Missão  
IS – Instrução de Serviço  
OS – Ordem de Serviço  
COINT – Coordenação de Inteligência  
SEST/SENAT – Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem de Transporte  
FETRAN – Festival Temático Teatro para o Trânsito  
NOE – Núcleo de Operações Especiais  
DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito  
RENAINF – Registro Nacional de Infrações de Trânsito  
PAIR – Programa de Ações Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes  
JARI – Junta Administrativa de Recursos de Infrações  
CADA – Comissão de Análise de Defesa de Autuação  
DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes  
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres  
ABIN – Agência Brasileira de Inteligência  
NUAI – Núcleo de Assuntos Internos  
CR – Corregedoria Regional  
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência  
ESAF – Escola de Administração Fazendária  
CRET – Comissão Regional de Educação para o Trânsito  
SRH – Seção de Recursos Humanos  
SPF – Seção de Policiamento e Fiscalização  
CTB – Código de Trânsito Brasileiro  
CGA – Coordenação Geral de Administração do DPRF  
GRU – Guia de Recolhimento da União  
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito  
FUNSET – Fundo destinado à Segurança e Educação para o Trânsito



- 2.3.2.1.3. Ação 8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal, 53
  - 2.3.2.1.3.1. Resultados da Ação, 53
- 2.3.2.1.4. Ação 1835 – Implantação dos Sistemas de Tecnologia da Informação, 54
  - 2.3.2.1.4.1. Resultados da Ação, 55
- 2.3.2.1.5. Ação 200C – Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária, 55
  - 2.3.2.1.5.1. Resultados da Ação, 56
- 2.3.2.1.6. Ação 8698 – Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação, 56
  - 2.3.2.1.6.1. Resultados da Ação, 57
- 2.3.3. Programa 0750 – Apoio Administrativo, 57
  - 2.3.3.1. Principais Ações do Programa, 58
    - 2.3.3.1.1. Ação 2000 – Administração da Unidade, 58
      - 2.3.3.1.1.1. Resultados da Ação, 59
      - 2.3.3.1.2. Ação 2003 – Ações de Informática, 61
        - 2.3.3.1.2.1. Resultados da Ação, 61
      - 2.3.3.1.3. Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica de Servidores, Empregados e seus Dependentes, 62
        - 2.3.3.1.3.1. Resultados da Ação, 62
      - 2.3.3.1.4. Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, 62
        - 2.3.3.1.4.1. Resultados da Ação, 63
      - 2.3.3.1.5. Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados, 63
        - 2.3.3.1.5.1. Resultados da Ação, 64
      - 2.3.3.1.6. Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados, 64
        - 2.3.3.1.6.1. Resultados da Ação, 64
      - 2.3.3.1.7. Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, 65
        - 2.3.3.1.7.1. Resultados da Ação, 65
  - 2.4. Desempenho Operacional, 65
    - 2.4.1. Indicadores de Desempenho, 65
      - 2.4.1.1. Desempenho Referente ao Programa Segurança Pública nas Rodovias Federais, 65
      - 2.4.1.2. Desempenho Referente ao Programa Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal, 66
        - 2.4.1.3. Desempenho Referente ao Programa Apoio Administrativo, 67
    - 2.4.2. Análise do Desempenho, 67
  - 2.5. Programação Orçamentária, 68
    - 2.5.1. Programação de Despesas Correntes, 69
    - 2.5.2. Programação de Despesas de Capital, 69
    - 2.5.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência, 70
    - 2.5.4. Análise Crítica da Programação Orçamentária Originária e Adicional, 70
    - 2.5.5. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, 71
      - 2.5.5.1. Análise Crítica das Concessões e Recebimento de Créditos Orçamentários por Movimentação Interna e Externa, 72
  - 2.6. Execução Orçamentária, 72
    - 2.6.1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ, 72
    - 2.6.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação, 72
      - 2.6.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação, 72
        - 2.6.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa, 73
        - 2.6.2.3. Despesas de Capital por Grupo ou Elemento de Despesa, 74
        - 2.6.2.4. **Evolução dos Gastos Gerais, 75**

- 2.6.2.5. Análise Crítica da Gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação, 75
- 2.6.3. Execução Orçamentária por Programa de Governo, 76
- 2.6.3.1. Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo, 76
- 2.6.3.2. Análise Crítica da Execução Orçamentária por Programa de Governo, 77
- 2.6.4. Execução Física e Financeira das Ações Executadas pela UJ, 78
- 2.6.4.1. Análise Crítica da Execução Física das Ações Realizadas pela UJ, 80
- 2.7. Indicadores Institucionais, 81
- 3. Informações sobre a Composição de Recursos Humanos, 82
- 3.1. Composição do Quadro de Recursos Humanos, 82
- 3.1.1. Composição e Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2007, 2008 e 2009, 82
- 3.1.2. Demonstrativo dos Contratos de Terceirização de Área-Fim no Exercício de 2009, 83
- 3.1.3. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos, 87
- 3.1.4. Análise Crítica sobre a Situação dos Recursos Humanos, 89
- 4. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos, 89
- 5. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, 89
- 5.1. Análise Crítica sobre a Gestão do Pagamento de Restos a Pagar de Exercícios, 89
- 6. Informações sobre Transferências Recebidas ou Realizadas no Exercício, 90
- 7. Previdência Complementar Patrocinada, 90
- 8. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, 90
- 9. Renúncias Tributárias, 90
- 10. Operações de Fundos, 90
- 11. Deliberações dos Órgãos de Controle, 90
- 11.1. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno, 90
- 11.2. Relatório de Cumprimento das Deliberações do TCU, 91
- 11.2.1. Deliberação 01, 91
- 11.2.2. Deliberação 02, 92
- 11.2.3. Deliberação 03, 93
- 12. Informação Quanto ao Efetivo Encaminhamento ao Órgão de Controle Interno dos Dados e Informações Relativos aos Atos de Admissão e Desligamento, bem como, aos Atos de Concessão de Aposentadoria, Reforma e Pensão, Exigíveis no Exercício a que se Refere o Relatório de Gestão, nos Termos do Art. 7º da IN/TCU N° 55/2007, 93
- 12.1. Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados no Exercício, 94
- 13. Declaração da Área Responsável Atestando que as Informações Referentes a Contratos, bem como, sobre Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria Firmados estão Disponíveis e Atualizadas, Respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SINCOV, conforme estabelece o Art. 19 da Lei N° 11.768, de 14 de Agosto de 2008, 95
- 14. Outras Informações Importantes quanto à Conformidade do Desempenho Operacional, 96
- 15. Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo de Unidades Afins, 96

## B – Informações Contábeis da Gestão

- 1. Declaração do Contador Responsável, 97
- 2. Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis, 98

## A – CONTEÚDO GERAL

### 1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça			<b>Código SIORG:</b> 316
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Décima-Oitava Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
<b>Denominação abreviada:</b> SRPRF-MA			
<b>Código SIORG:</b> 003681	<b>Código LOA:</b> 30107		<b>Código SIAFI:</b> 200124
<b>Situação:</b> Em funcionamento			
<b>Natureza Jurídica:</b> Administração Direta			
<b>Principal Atividade:</b> Segurança Pública			<b>Código CNAE:</b> 8424-8/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	Tel: 98 3244 5376	Fax: 98 3244 5372	Cel: 98 9128 9000
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:sup.ma@dprf.gov.br">sup.ma@dprf.gov.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.dprf.gov.br">www.dprf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> BR 135, Km 01, nº 3737, Tirirical CEP 65.095-600, São Luís-MA			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>			
O Departamento de Polícia Rodoviária Federal foi criado pela Lei nº 8028, de 12 de abril de 1990, e pelo Decreto nº 11, de 18 de janeiro de 1991.			
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>			
Portaria nº 1.375/2007, de 02 de agosto de 2007, do Ministro de Estado da Justiça, publicada no D.O.U de 06 de agosto de 2007, que aprovou o Regimento Interno do DPRF/MJ			
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>			
Não há			
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
-	Não há		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
-	Não há		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200124		0001	

A 18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal integra a estrutura orgânica do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, e está localizada no Estado do Maranhão, com sede na cidade de São Luís.



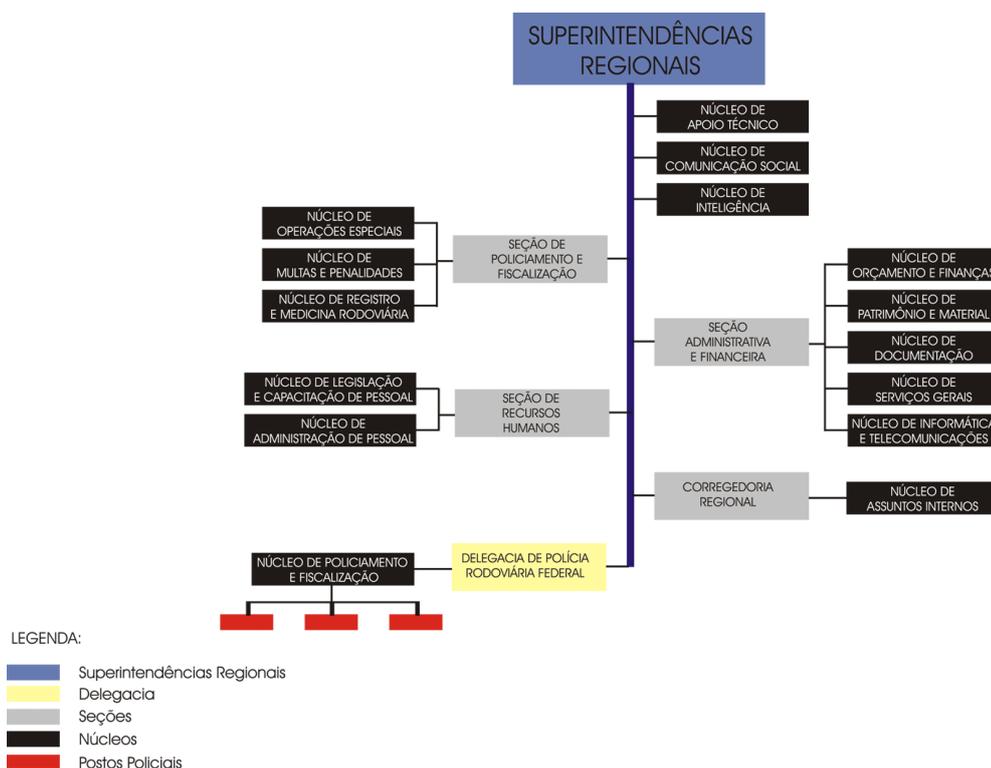
A Unidade exerce sua atuação institucional em sete rodovias federais que compõem a malha viária federal no Estado do Maranhão, com 3.433,7 quilômetros de extensão.

As competências e atribuições institucionais estão disciplinadas na Constituição Federal, Artigo 144, no Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, Artigo 20, no Decreto 1.655/1995, e no Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375/2007, de 02 de agosto de 2007.

A estrutura orgânica é composta por delegacias, seções e núcleos, que são responsáveis pelo desenvolvimento das atividades administrativo-burocráticas e finalísticas relacionadas ao policiamento e à fiscalização de trânsito.

As seções e os núcleos funcionam na sede da Superintendência e as delegacias estão localizadas nas cidades de São Luís, Santa Inês, Caxias, Imperatriz e Balsas. Em cada delegacia funciona um núcleo de policiamento e fiscalização. A estrutura operacional é complementada por 12 postos vinculados às Delegacias. Tendo em vista não haver unidade operacional instalada na cidade de Balsas, as ações de policiamento rodoviário e de fiscalização de trânsito são realizadas a partir da sede da Delegacia.

### 1.1. ESTRUTURA ORGÂNICA DA UNIDADE





## **2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

### **2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS**

#### **2.1.1. COMPETÊNCIAS**

A área territorial de atuação e a atividade precípua estão dispostas na Constituição Federal, no Artigo 144, § 2º, sendo atribuída à Instituição a competência de realizar o patrulhamento ostensivo nas rodovias e estradas federais, através do desempenho das atribuições disciplinadas no Decreto 1.655/1995, na Lei nº 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro – e no Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375/2007-MJ, assim discriminadas:

I – Executar operações relacionadas à Segurança Pública, objetivando preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

II - Exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes; inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como, efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - Aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - Executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - Realizar perícias, levantamentos de locais de acidentes, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - Credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - Assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como, zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;



VII - Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;

IX - Implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito; promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito;

X - Integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da federação;

XI - Fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66 do CTB, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais;

XII – Alienar veículos recolhidos e não reclamados, na forma da legislação em vigor;

XIII - Realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, serviços de guincho;

XIV - Manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência no trânsito e à implementação de ações integradas de segurança pública;

XV - Executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança no trânsito, bem como, desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;

XVI - Promover processos de recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos, bem como, demais atividades de ensino, na área de competência institucional;

XVII - Credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, de escolta de transporte de cargas superdimensionadas, indivisíveis e de produtos perigosos;

XVIII - Planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado,



Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, nas vias federais, quando solicitado pela autoridade competente;

XIX - Efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069/1990, de 13 junho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

XX - Colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis;

XXI - Elaborar o termo circunstanciado de ocorrências a que faz referência o parágrafo único do artigo 69 da Lei no 9.099/1995, de 26 de setembro de 1995, disciplinando o seu preenchimento a ser aprovado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

## **2.1.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

A Polícia Rodoviária Federal cumpre a missão de promover segurança pública nas rodovias e estradas federais, salvaguardando vidas através do desenvolvimento de ações visando prevenir acidentes e crimes. Os objetivos institucionais estratégicos são traduzidos pela diminuição proporcional do número de acidentes e vítimas, assim como, por proporcionar sensação de segurança aos usuários das rodovias e estradas federais em todas as formas de interação no trânsito. Para o alcance desses objetivos realiza o policiamento rodoviário e a fiscalização de trânsito.

## **2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS**

### **2.2.1. ANÁLISE DO MAPA / PLANO ESTRATÉGICO DA UNIDADE OU DO ÓRGÃO EM QUE A UNIDADE ESTEJA INSERIDA**

O trânsito evidencia um fator estratégico para a economia nacional, pois a modalidade de transporte rodoviário é responsável pelo escoamento de um estrato significativo da riqueza do país, ademais, os prejuízos relacionados às consequências dos acidentes de trânsito alcançam valores vultosos, que poderiam ser aplicados no fomento da economia e nos programas voltados ao desenvolvimento social.



As vias de trânsito rodoviário do país estão abertas para uma frota aproximada de 60 milhões de veículos e são o local de morte de mais de 30 mil brasileiros anualmente, além dos milhares que morrem em hospitais e os que ficam lesados por toda a vida. Neste cenário, as rodovias e as estradas federais alcançam elevada importância na aplicação de programas nacionais, pois representam o elo de integração nacional.

A Polícia Rodoviária Federal, pela sua amplitude de atuação, estando presente em todo o país, constituiu-se a representante do Estado Brasileiro para a execução do programa “Segurança Pública nas Rodovias Federais”, que tem como objetivos precípuos a prevenção da ocorrência de acidentes e de ações delituosas que tanto trazem perigos aos cidadãos que utilizam as vias federais de trânsito rodoviário para quaisquer finalidades. Este programa é, de fato, a verdadeira identidade institucional, pois representa o patrulhamento ostensivo, o fator presença, o atendimento aos usuários, a fiscalização de trânsito, a aplicação das medidas administrativas decorrentes e o atendimento a vítimas de acidentes.

A instituição também desenvolve o programa “Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal”, de apoio às políticas públicas e áreas especiais, sendo responsável em prover a logística necessária à plena e satisfatória execução das atividades de policiamento rodoviário e de fiscalização de trânsito, estando contempladas a implementação e manutenção dos sistemas operacionais informatizados.

O programa “Apoio Administrativo” atende às necessidades relacionadas à administração da unidade e aos benefícios assegurados em lei aos servidores.

A instituição assume papel preponderante na execução de políticas públicas, pois a efetiva atuação visando à redução de acidentes e vítimas reflete uma significativa diminuição de gastos da previdência social e do sistema público de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados. Ademais, os leitos dos hospitais ficam à disposição para o atendimento de demandas provenientes de doenças naturais que acometem a população, que pode ser mais bem assistida.

Acrescente-se que a persecução da segurança no trânsito envolve diversificadas formas de atuação, destacando-se as ações educativas, que a cada ano assumem papel de grande relevância como fomentadora de uma maior consciência quanto à responsabilidade que cada cidadão deve ter quando estiver interagindo no trânsito.



Outro fator que evidencia a atividade institucional e que está inserido no programa que traduz a essencialidade do órgão é a violência crescente que tem trazido intranquilidade à sociedade brasileira, motivo pelo qual a Instituição assumiu a característica de organismo policial de enfrentamento do crime instalado ao longo das rodovias e a nas faixas de domínio.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal com a capacidade de reduzir os elevados parâmetros negativos em que se encontra a situação da segurança pública nas rodovias federais brasileiras e, em virtude da presença em todo o território nacional, serve como articulador direto da operacionalização de um plano nacional para o setor, pois é constituído por cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação em mais de 3.500 municípios em todo o país, possuindo serviço direto, identificado e ininterrupto colocado à disposição da sociedade. Além disso, a Instituição possui autosustentabilidade garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

O desempenho da grande amplitude de atribuições que representa os compromissos para com a Segurança Pública e a valorização da vida caracteriza a Polícia Rodoviária Federal como uma Instituição qualificada para executar múltiplas políticas de ações sociais, decorrentes de demandas de setores da Administração Pública e da própria sociedade.

### **2.2.2. PLANO DE AÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO A QUE SE REFERIR O RELATÓRIO DE GESTÃO**

A Administração Regional concebeu o fator presença como estratégia de gestão para o alcance dos objetivos institucionais, a exemplo do que ocorreu no exercício de 2008, evidenciado pela efetiva atuação nos locais de maior densidade de tráfego e de incidência de crimes perceptíveis, sendo utilizados como meios o policiamento ostensivo, o cartão programa, a fiscalização criteriosa e qualitativa, a mídia e as ações de orientação quanto à segurança no trânsito.

A escolha dos locais mais incidentes de eventos que colocam em risco a segurança das pessoas decorreu da grande extensão da malha rodoviária federal no Estado do Maranhão, do reduzido número de servidores pertencentes ao quadro funcional ativo e do



perfil estrutural da Instituição que não atende às demandas produzidas pelos mais diversificados eventos decorrentes das anomalias no trânsito e das implicações criminosas.

A malha viária é composta por sete rodovias e 3.433,7 quilômetros, sendo a sétima a nível nacional e a segunda na Região Nordeste, associada à estrutura operacional integrada por 12 bases operacionais. Rodovias como a BR 226 e a BR 402 ainda continuam sem possuírem bases operacionais da Instituição. Outras rodovias apresentam extensos trechos desprovidos de policiamento e fiscalização por falta de bases operacionais e pelo baixo efetivo de policiais. Ao final de 2007 o efetivo disponível para todas as atividades institucionais era de 290 servidores; ao final de 2008 diminuiu para 282, chegando ao final de 2009 a 269 servidores, enquanto houve um incremento da extensão da malha viária, da frota de veículos e da incidência de ações criminosas.

O quadro ativo de policiais destinados às atividades de policiamento rodoviário e fiscalização de trânsito ainda sofre fragmentação, pois é dividido para atender à formação de quatro equipes que trabalham em escala de revezamento. As equipes dos postos são formadas atualmente, em sua grande maioria, por dois ou três policiais.

Em algumas situações de relevância, como interdição de rodovias, acidentes graves, nas operações de feriados nacionais e nas operações integradas com outros órgãos para a prevenção e combate à criminalidade, recorreu-se à designação de policiais para atuar em unidades diversas de suas lotações, visando ao reforço de policiamento e para garantir que a representatividade institucional estivesse à altura de sua importância.

Quanto à concessão de diárias, deve-se levar em consideração que a atividade institucional é ininterrupta e por muitas vezes revestida de caráter emergencial, portanto, não pode ficar condicionada a início de viagens em dias úteis, motivo pelo qual, por várias vezes foram concedidas para iniciar em fins de semana ou feriados, em atendimento à supremacia do interesse público. Situações semelhantes foram observadas em relação a diárias administrativas, tendo em vista a necessidade de adequar a atividade a ser desenvolvida com as escalas de serviço e para atender convocações emanadas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal para eventos a serem iniciados no primeiro dia útil da semana ou depois de feriados, como ações de capacitação e inteligência, encontros e reuniões.

**2.3. PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE**

A unidade esteve com a responsabilidade de executar três programas abrangidos no Plano Plurianual 2008-2011: Segurança Pública nas Rodovias Federais, Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e Apoio Administrativo.

O programa Segurança Pública nas Rodovias Federais se destaca como tradutor da razão de existência institucional, pois foi concebido para o alcance do objetivo de aumentar a segurança em sua área de atuação. A Instituição adotou uma postura de caráter preventivo, evidenciado pelo fator presença nos locais mais propícios a práticas criminosas, subsidiando o trabalho ostensivo a partir das ações de inteligência. No que se refere à atuação para reduzir índices de acidentes, ressalta-se o foco na fiscalização de trânsito e a intervenção nos trechos de maior densidade de tráfego, como forma de inibir comportamentos inadequados à segurança no trânsito.

O programa Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal viabiliza o desenvolvimento das atividades finalísticas, pois supre o órgão de instalações físicas adequadas e de logística material visando possibilitar a execução de tarefas operacionais destinadas à segurança pública.

O programa Apoio Administrativo fomenta as atividades administrativo-burocráticas e responde pelas despesas relacionadas à assistência e auxílios aos servidores.

**2.3.1. PROGRAMA 0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS**

<b>Tipo de programa</b>	<b>Finalístico</b>
<b>Objetivo geral</b>	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e a redução dos acidentes de trânsito.
<b>Gerente de programa</b>	Hélio Cardoso Derenne
<b>Gerente Executivo</b>	Alvarez de Souza Simões
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
	Sensação de Segurança nas Rodovias Federais
<b>Público Alvo</b>	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais



É considerado o programa de maior importância, pois reflete todo o empenho da Instituição em garantir que o cidadão se sinta seguro quando utilizando as rodovias e estradas federais do país, tendo como indicadores de desempenho a “Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais”, a “Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais” e a “Sensação de Segurança nas Rodovias Federais”.

As ações estão relacionadas à segurança no trânsito e ao combate a todas as formas de atuação delituosa, tendo como suporte o serviço de inteligência para subsidiar as atividades operacionais. Outro aspecto relevante a considerar no programa refere-se à assistência aos usuários das rodovias quanto ao atendimento a acidentes e nas mais diversificadas demandas, oriundas de quebras de veículos, seja pelo desgaste de peças, seja por problemas decorrentes de defeitos nas vias.

O programa foi executado continuamente, através das ações de policiamento rodoviário e de fiscalização de trânsito, planejadas mediante o Cartão-Programa elaborado pelas Delegacias que contemplaram as rondas em unidades móveis, os comandos e as operações.

Ressalta-se que as ações do programa não alcançaram efetivamente a amplitude total da malha rodoviária sob a responsabilidade da 18ª Superintendência, tendo com principais óbices sua grande extensão em quilômetros e a reduzida quantidade de policiais, associadas ao número insuficiente de unidades operacionais fixas, representadas pelos postos de fiscalização.

As ações de fiscalização de transporte coletivo interestadual de passageiros, nas modalidades regular e eventual ou turístico, assim como, a fiscalização do transporte de veículos de carga, foram em parte desenvolvidas com recursos provenientes do Departamento de Polícia Rodoviária Federal para custeio de despesas com diárias, mediante transferências emanadas do convênio celebrado com o Ministério dos Transportes, através da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Houve ações que não receberam recursos específicos, mas estiveram inseridas no cotidiano da realização das atividades finalísticas, destacando-se a intervenção em pontos críticos, relacionados aos locais de maior incidência de acidentes levantados pelas estatísticas de trânsito no Sistema BR BRASIL, controle de velocidade e monitoramento, controle e fiscalização eletrônica, realizadas com radares portáteis e fotográficos nos pontos de maior incidência de acidentes; Atividades de Saúde nas Rodovias Federais, representadas pelos



Comandos de Saúde Preventivos; Julgamento de Recursos Administrativos de Multas de Trânsito.

### 2.3.1.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

#### 2.3.1.1.1. AÇÃO 2524 – CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos às atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
<b>Descrição</b>	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos, habilitando-os às atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655/95, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação de Ensino/DPRF/MJ
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ricardo de Oliveira Betat
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal

**2.3.1.1.1. RESULTADOS DA AÇÃO****EVENTOS REALIZADOS**

EVENTO/LOCAL	C H	PERÍODO	PARTICIPANTES				CUSTO – R\$
			PRF	ADM	OUTROS	TOTAL	
Curso de Policiamento e Fiscalização – Módulo III São Luís/MA	16	01/01 a 31/01	99	-	-	99	0,00
Curso Especial de Segurança do Tribunal Regional Federal -2ª Região CT/Sudeste	24	01/02 a 06/02	1	-	-	1	0,00
Curso de Capacitação de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes-PAIR São Luís/MA	44	02/03 a 07/03	9	1	-	10	0,00
Curso de Salvamento Veicular – CSV São Luís/MA	50	02/03 a 14/03	2	-	-	2	0,00
Curso de Nocões Teórico-Práticas de Fiscalização de Transporte de Passageiros – ANTT São Luís/MA	24	22/04 a 24/04	10	-	-	10	0,00
Curso de Armamento, Tiro e Uso Legal e Progressivo da Força - Módulo II São Luís/MA	30	22/04 a 30/04	31	-	1	32	0,00
Curso de Técnicas Policiais de Combate ao Crime – TPCC Brasília/DF	144	19/05 a 04/06	4	-	-	4	0,00
Curso de Processo Administrativo Disciplinar – PAD Palmas/TO	24	01/06 a 04/06	2	-	-	2	4.281,89



Curso de Análise de Recursos de Infrações-JARI São Luís/MA	24	22/06 a 24/06	1	-	-	1	0,00
Curso de Armamento, Tiro e Uso Legal e Progressivo da Força – Módulo II São Luís/MA	30	08/06 a 25/06	30	-	3	33	0,00
Curso Básico de Inteligência - ABIN São Luís/MA	80	13/07 a 24/07	1	-	-	1	1.159,98
Curso de Formação do Corpo de Voluntários de Emergência-CVE São Luís/MA	20	13/07 a 17/07	2	-	-	2	0,00
Curso de Piloto de Formação de Motociclista e Socorrista SAMU São Paulo/SP	50	03/08 a 07/08	1	-	-	1	3.011,00
VI Encontro Nacional de Recursos Humanos Florianópolis/SC	40	17/08 a 22/08	3	-	-	3	9.013,02
Curso de Multiplicadores em Segurança Policial para Fiscalização de Serviço de Transportes Brasília/DF	16	13/08 a 14/08	2	-	-	2	3.544,42
Curso de Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas São Luís/MA	8	10/08	14	8	2	24	0,00
Curso de Relações Interpessoais São Luís/MA	8	17/08	16	10	2	28	0,00
Curso de Formação de Membros de PAD – CGU/ESAF São Luís/MA	24	05/10 a 08/10	5	-	-	5	0,00
Curso de Atualização Técnica para Gestores CT/Sudeste	64	14/10 a 24/10	4	-	-	4	8.036,04



Curso de Capacitação em Identificação Anatômica de Madeiras Tropicais São Luís/MA	56	15/10 a 23/10	2	-	-	2	0,00
Curso Avançado de Levantamento do Local de Acidentes CT/Sudeste	80	09/11 a 20/11	2	-	-	2	4.105,08
Curso de Motociclista Batedor São Luís/MA	225	11/11 a 05/12	6	-	6	12	10.803,80
Gerenciamento de Crises São Luís/MA	8	20/11	10	6	11	27	0,00
Curso de Atualização Técnica para gestores CT/Sudeste	80	30/11 a 11/12	2	-	-	2	4.994,34
Curso Avançado de Levantamento de Local de Acidente Unidades/MA	11	15/12 a 21/12	122	-	-	122	2.899,28
<b>TOTAL</b>	<b>1180</b>	<b>-</b>	<b>381</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>431</b>	<b>51.848,85</b>

A capacitação foi uma das principais ferramentas utilizadas para o alcance da eficiência institucional, através da disseminação de conhecimentos relativos às diversas áreas de atuação, com destaque para as ações de policiamento rodoviário.

A Coordenação de Ensino, unidade da estrutura orgânica da Coordenação Geral de Recursos Humanos, continua a manter a competência para elaborar o planejamento macro institucional e mais uma vez foi a responsável pelas decisões acerca da implementação do planejamento concebido pela Unidade, visando ao treinamento e desenvolvimento de servidores, descentralizando recursos orçamentários para custeio de despesas com diárias, passagens aéreas e aquisição de materiais.

Os recursos aplicados na Superintendência para as ações totalizaram R\$ 65.643,43, sendo R\$ 46.579,74 relativos a despesas com diárias e R\$ 19.063,72 a passagens aéreas. Foram oferecidas e preenchidas 406 vagas para servidores, representando 150% do total do efetivo na Unidade. Verifica-se um aumento significativo na oferta de vagas em



eventos de capacitação em relação a 2008, quando apenas 177 vagas foram oferecidas, correspondendo ao percentual de 65% do efetivo.

Os principais problemas enfrentados no desenvolvimento da ação estiveram relacionados à predisposição de alguns servidores que ainda resistem à submissão a eventos de capacitação. No exercício de 2010 a Unidade fará uma intensa mobilização visando conscientizar esses servidores para a importância de adquirir novos conhecimentos e reforçar os já concebidos. Outro problema, relacionado à logística, referiu-se à falta de local adequado para realização de cursos de natureza teórica, entretanto, a montagem do auditório com mobília e equipamentos resolveu definitivamente esse problema.

### QUADRO EVOLUTIVO DE EVENTOS DE CAPACITAÇÃO

2008		2009	
Nº VAGAS	% - EFETIVO	Nº VAGAS	% - EFETIVO
177	65	406	150

#### 2.3.1.1.2. AÇÃO 2C78 – ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Tipo	Atividade
<b>Finalidade</b>	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando à superação de situações críticas.
<b>Descrição</b>	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como, aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Saúde e Assistência Social
<b>Coordenador nacional</b>	Lejandre Monteiro
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Seção de Recursos Humanos

**2.3.1.1.2.1. RESULTADOS DA AÇÃO**

Não houve, pois a Unidade não dispôs de profissionais habilitados nas áreas de psicologia, psiquiatria e serviço social para o desempenho das ações de assistência ao servidor. Ressalte-se que a ação é de fundamental importância para o equilíbrio emocional dos servidores e nas relações no ambiente institucional e com o público em geral. Foram vários os problemas verificados no exercício que redundaram em afastamentos por longos períodos de alguns servidores. Em 2010 a Unidade pretende viabilizar condições para a efetivar a ação, através de parcerias ou de contratação de profissionais mediante terceirização, a depender de transferências de recursos orçamentários e financeiro advindos do DPRF.

**2.3.1.1.3. AÇÃO 2816 – SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como, encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
<b>Descrição</b>	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação de Inteligência
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Josemar Monteiro de Barros
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Inteligência



### 2.3.1.1.3.1. RESULTADOS DA AÇÃO

Durante o ano de 2009, o Núcleo de Inteligência realizou várias ações no sentido de combater a criminalidade nas rodovias federais, como também crimes que atentavam contra a própria Instituição e a seus servidores. É importante destacar a parceria firmada com outros órgãos, como Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Ministério Público Estadual para atuar junto ao Grupo Estadual de Combate ao Crime Organizado – GECOC, e com setores da própria Instituição como os Núcleos de Multas e Penalidades, de Operações Especiais, Delegacias e postos da Superintendência.

Dentre as ações destacaram-se:

Em janeiro, combate a assaltos a ônibus na BR 222 entre os municípios de Santa Inês e Açailândia, com prisões efetuadas e apreensão de veículo com ocorrência de roubo e furto;

Em março iniciaram-se operações de combate a roubo de cargas, especialmente de caminhões da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o que culminou com uma operação da PRF em conjunto com a Delegacia Estadual de Investigação Criminal (DEIC), denominada “Operação Agnes”, que culminou em uma série de apreensões e prisões de indivíduos envolvidos nos citados crimes;

Ainda no mês de março foi efetuada operação em virtude de denúncia feita à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, sobre exploração sexual de menores; na ocasião foram averiguados pontos de possíveis ocorrências;

No mês de maio, atendendo à demanda da Coordenação de Inteligência – COINT, foi feito o mapeamento detalhado das rodovias federais localizadas no Estado, no que diz respeito à conservação, pontos críticos e coordenadas geográficas. Também foi feito um trabalho de identificação de movimentos sociais, com notoriedade para o Movimento dos Sem Terra – MST e o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, sediado em Estreito;

Em julho o destaque foi a realização de levantamentos visando combater o trabalho escravo, verificando denúncias nos municípios de Codó e Carolina; os resultados foram apresentados à Superintendência Regional de Trabalho e Emprego para providências;

Durante o mês de agosto foi feito um trabalho de combate à exploração sexual infanto-juvenil em todo o Estado, solicitado pela COINT e pela Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região, o que possibilitou ao Núcleo de Inteligência produzir um conhecimento sobre o assunto, permitindo ao Superintendente da Instituição, em Novembro,



prestar informações importantes à Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, fato que foi destacado na imprensa local;

Em São Luís, no mês de setembro, foi efetuada a prisão de um indivíduo que tentava extorquir um empresário do ramo de transportes, fazendo-se passar por um Policial Rodoviário Federal;

Também em setembro, em operações ostensivas com policiais da 1ª e da 3ª Delegacias, em São Luís e Caxias, foram feitas prisões e apreensão de drogas;

De Outubro a Dezembro, o Núcleo de Inteligência participou de várias operações rotineiras do calendário anual da Instituição, em feriados e movimentos nas rodovias, buscando subsidiar a Seção de Policiamento e Fiscalização e o Superintendente na tomada de decisões.

Diante das ações desenvolvidas, acredita-se que o ano foi satisfatório no que diz respeito ao alcance de objetivos, entretanto, é possível otimizar e agilizar a execução de várias atividades, com um número maior de policiais habilitados para o serviço de inteligência e, conseqüentemente, com a disponibilização de mais recursos financeiros para pagamento de diárias em operações, além da aquisição de mais equipamentos. A integração com policiais dos postos e Delegacias também foi fundamental para o sucesso das operações de inteligência.

No exercício, foram descentralizados recursos orçamentários no valor de R\$ 8.538,47 para custeio de despesas referentes a pagamentos de diárias.

**2.3.1.1.4. AÇÃO 4290 – ATIVIDADES DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Prestar atendimento pré-hospitalar e de resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como, demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
<b>Descrição</b>	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a atendimento pré-hospitalar e de resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde nas rodovias, apoio de saúde às unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Saúde e Assistência Social
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Lejandre Monteiro
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Seção de Recursos Humanos

**2.3.1.1.4.1. RESULTADOS DA AÇÃO**

Foi mantido o convênio com a Prefeitura do município de Imperatriz para o atendimento a vítimas de acidentes nas rodovias e demandas advindas da população, com a utilização de uma viatura ambulância de suporte básico pertencente ao acervo patrimonial da Superintendência, estando também envolvido o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

Mais uma vez os Comandos de Saúde nas Rodovias foram destaque dentre as ações direcionadas aos motoristas profissionais, pois, possibilitaram a verificação dos parâmetros de saúde através da realização de exames biométrico, de glicemia, de colesterol, de acuidade visual e de força motora, além da aplicação de vacinas contra doenças tropicais e infecto-contagiosas, assim como, realização de palestras abordando temas relacionados à nutrição, doenças sexualmente transmissíveis e direção defensiva.



Foram realizados nove eventos, que contaram com a parceria do Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SEST/SENAT, Secretarias Municipais e Estadual de Saúde, entidades não governamentais e empresas privadas, sendo examinados 426 motoristas.

As principais dificuldades para a realização dos eventos foram relacionadas à falta de profissionais capacitados para as atividades de saúde e à falta de logística material, motivos pelos quais, no exercício em análise, a Unidade realizou um evento a menos que em 2008 e diminuiu, também, o número de motoristas examinados em 32%.

Os resultados exigem a continuidade das ações pelo inestimável alcance social e benefícios ao trânsito e aos motoristas profissionais.

### COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS

EVENTOS	QUANTIDADE	EFETIVO		EXAMES
		PRF	PARCEIROS	
Nacionais	04	55	167	218
Regionais	04	69	234	208
<b>TOTAL</b>	<b>08</b>	<b>124</b>	<b>401</b>	<b>426</b>

### QUADRO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS

UNIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE
Cx	Fitas Reagentes Triglicérides	30
Cx	Fitas Reagentes Colesterol	30
Cx	Fitas Reagentes Glicemia	30
Cx	Lancetas	04
Um	Coletor de Materiais	10
Um	Perfurocortantes	300
Um	Luvas de Procedimentos	1800



Um	Cânula de Guedel	6
Um	Mochila	6
Cj	Imobilizador de Cabeça impermeável FP 3501 Tipo FERRO	2
TB	Esparadrapo	5
Um	Manta Térmica Aluminizada Cobertor FPH002	12
Um	Protetor De Queimaduras	18
Um	Compressas Cirúrgicas De Gaze Hidrófila	25
Um	Tesoura Cirúrgica 13CM	5
Um	Placa Halsteade	5
Um	Óculos	6
Um	Flux Metro Aneroid	1
Um	Fita de Isolar Área	6
Um	Cobertor Antialérgico Verona Solteiro 1,60 x 2,00m	1
Um	Colar Cervical Resgate REF 109	12
Um	Colar Cervical Resgate REF.FP116	6
Um	Tala DE Tração De Femo Adulto	1
Um	Tala De Tração De Femo Infantil	1
Um	Álcool-70	6
Cx	Máscara Descartável Com 50 Unidades Cada	6
Um	Tala flexível Revestida,FP 3900	6
Um	Tala Aramada Em E.V.A Tala Fácil REF.FP 3820	6

**QUADRO EVOLUTIVO DOS COMANDOS DE SAÚDE**

2008		2009	
EVENTOS	EXAMES	EVENTOS	EXAMES
09	774	08	426

**2.3.1.1.5. AÇÃO 4641 – PUBLICIDADE E UTILIDADE PÚBLICA**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
<b>Descrição</b>	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como, a contratação para realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Assessoria de Comunicação Social
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Afrânio Andrade
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Comunicação Social

**2.3.1.1.5.1. RESULTADOS DA AÇÃO**

Em mais um exercício, as atividades foram desenvolvidas mediante a participação institucional em programas de radiodifusão, televisivos e em matérias jornalísticas escritas para informar e orientar o público quanto às normas de trânsito e aos procedimentos que devem ser obedecidos e adotados para uma direção veicular segura, sendo enfocada a direção defensiva como principal fator de segurança.

As estatísticas de trânsito revelam que a grande maioria dos acidentes tem como fator determinante a falha humana, motivo pelo qual as intervenções na mídia estiveram focadas nos condutores de veículos e nas orientações para evitar acidentes.

Não foi possível contratar campanhas publicitárias e pesquisas de opiniões, haja vista a indisponibilidade de recursos orçamentários, ficando a cargo da coordenação nacional da ação; entretanto, a Instituição foi visível à altura de sua importância.

A Núcleo de Comunicação Social, como responsável pela ação, é um dos mais estratégicos da Instituição, pois a representa em todos os meios de comunicação,



demonstrando à sociedade as atividades que foram desenvolvidas ao longo do ano. Dentre as quais, podem-se destacar as seguintes:

- Inserção diária de notícias na INTRANET;
- Inserção de fotos e avisos no portal do DPRF;
- Divulgação ampla do 1º Festival Temático Teatro para o Trânsito – FETTRAN;
- Divulgação massificada de todos os Comandos de Saúde nas Rodovias;
- Divulgação de trabalhos de educação para o trânsito em jornais e revistas, tais como: Jornal Pequeno, O Estado do Maranhão, O imparcial e a Revista Informe Federal;
- Cerimonial de formatura do Curso de Formação de Motociclistas, Turmas I e II e cerimonial do 1º FETTRAN;
- Acompanhamento das atividades junto ao Núcleo de Operações Especiais – NOE, em tempo real dos trabalhos desenvolvidos pela unidade;
- Elaboração e publicação dos Boletins de Serviço;
- Entrevistas de forma massificada dos trabalhos realizados pela PRF;
- Elaboração e envio de *releases* à Imprensa;
- Elaboração e divulgação do jornal interno;
- Envio de dados estatísticos de acidentes à Imprensa de forma periódica;
- Atualização do quadro de avisos institucional;
- Encaminhamento de mensagens parabenizando os aniversariantes do mês;

A falta de recursos orçamentários inviabilizou a aquisição de equipamentos e materiais de fundamental importância para a divulgação das ações institucionais, destacando-se:

- *Notebook*
- Câmera fotográfica
- Câmera filmadora
- Impressora colorida
- Extensão telefônica
- *Backdrops*
- *Banner* do novo Brasão da PRF

Por fim, conclui-se que a ação foi bem sucedida ao limite da estrutura disponível, pois a Instituição esteve em evidência e cumpriu o seu papel de informar e



orientar para o objetivo de difundir a doutrina da direção veicular preventiva e assim contribuir para um trânsito mais seguro.

### 2.3.1.1.6. AÇÃO 86A1 – PROCESSAMENTO, REMUNERAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS ESTADUAIS DE TRÂNSITO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
<b>Descrição</b>	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação – CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Multas e Penalidades
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Jerry Adriane Dias Rodrigues
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Multas e Penalidades

#### 2.3.1.1.6.2. RESULTADOS DA AÇÃO

Durante o exercício foram cadastrados no Sistema de Multas a quantidade de autos de Infração demonstrada na tabela abaixo:



MÊS DA INFRAÇÃO	MEIO DE AUTUAÇÃO	QUANTIDADE
Janeiro	Total	2417
	Eletrônico	44
	Manual	2373
Fevereiro	Total	4388
	Eletrônico	1322
	Manual	3066
Março	Total	2770
	Eletrônico	454
	Manual	2316
Abril	Total	3150
	Eletrônico	476
	Manual	2674
Maio	Total	2368
	Eletrônico	305
	Manual	2063
Junho	Total	2230
	Eletrônico	39
	Manual	2191
Julho	Total	2470
	Eletrônico	00
	Manual	2470
Agosto	Total	2124
	Eletrônico	00
	Manual	2124
Setembro	Total	2611
	Eletrônico	00
	Manual	2611
Outubro	Total	2671
	Eletrônico	00
	Manual	2671
Novembro	Total	2831
	Eletrônico	98
	Manual	2733
Dezembro	Total	3255
	Eletrônico	463
	Manual	2792
ANUAL	<b>Total</b>	<b>33285</b>
	<b>Eletrônico</b>	<b>3201</b>
	<b>Manual</b>	<b>30084</b>

A arrecadação realizada no exercício ocorreu por meio do próprio DPRF e através de boletos gerados pelos Departamentos Estaduais de Trânsito, resultando nos valores apresentados na tabela abaixo. A diferença entre o valor nominal das multas e o valor



arrecadado se deve aos descontos legais concedidos, sendo 20% relativos aos pagamentos efetuados no prazo de vencimento estabelecido nas notificações das penalidades.

MÊS DE PAGAMENTO	QUANTIDADE DE MULTA	VALOR NOMINAL – R\$	VALOR PAGO R\$
Janeiro	2570	391.946,96	369.631,62
Fevereiro	4319	642.311,10	596.278,63
Março	4826	779.597,51	745.056,56
Abril	3924	582.219,23	558.888,11
Maiο	4634	641.213,56	619.679,61
Junho	4677	670.608,54	648.451,70
Julho	3833	557.970,10	540.650,46
Agosto	3262	486.633,13	470.181,37
Setembro	3127	476.929,20	461.426,11
Outubro	3058	451.855,37	434.917,75
Novembro	3195	444.883,50	428.908,54
Dezembro	2240	354.629,43	342.031,94
<b>TOTAL</b>	<b>43665</b>	<b>6.480.797,63</b>	<b>6.216.102,40</b>

Os valores arrecadados decorrentes de multas aplicadas pelo DPRF obedecem aos critérios definidos no convênio com o DENATRAN, em face da adesão ao sistema RENAINF.

A sistemática do RENAINF prevê que não devem existir repasses sobre os valores recolhidos mediante boleto gerado pelo DPRF, com exceção para o FUNSET, de acordo com a Lei nº 9503/2007 – CTB. Os valores arrecadados por meio de boletos gerados pelos Departamentos Estaduais de Trânsito são recebidos pelas instituições financeiras de relacionamento dos órgãos estaduais executivos de trânsito, cabendo ao DETRAN de matrícula do veículo e ao DENATRAN uma parte do valor de cada multa, devendo igualmente ser efetuado o repasse ao FUNSET, na ordem de 5% do valor recebido. Como a restituição dos valores é efetuada pelos órgãos executivos de trânsito estaduais mediante depósito bancário em GRU, diretamente na conta do tesouro, não é possível à Superintendência efetuar o controle dos repasses, ficando a CGA responsável por esse acompanhamento.

Quanto à análise de defesa de autuação de responsabilidade da CADA, foi expedida da Portaria nº 58/2009/GAB/18, de 25 de junho de 2009, publicada no Boletim de Serviço nº 22, na mesma data, designando 13 servidores para compor a comissão e colocando



09 à disposição exclusiva para a análise processual em sala localizada na sede da Superintendência, resultando na análise e no julgamento de 2.500 processos no exercício e a diminuição sensível da demanda não atendida nos anos anteriores.

Desde o ano de 2007 que a Superintendência requereu ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal a nomeação dos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, inicialmente através do Memorando nº 100/2007/GAB/18, de 09 de julho de 2007, Memorando nº 08/2008/GAB/18, de 30 de janeiro de 2008, e Memorando nº 088/2008/GAB/18, de 26 de junho de 2008, inclusive, neste último documento, solicitou viabilizar remuneração para os integrantes do colegiado, consoante dispõe a Lei nº 9503/97 e prevê esta ação. A Junta foi nomeada através da Portaria nº 59/2008/DG/DPRF/MJ, de 29 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº 213, de 03 de novembro de 2008, entretanto, nunca funcionou com regularidade, na verdade, ficou praticamente inoperante durante o exercício devido à falta de pagamento dos integrantes (*jeton*), considerando a aludida ser formada por três membros, sendo um indicado por conselhos, órgãos ou entidades de trânsito, um representante dos condutores de veículos e um representante da Instituição, conforme disciplina o Art. 2º da Portaria nº 969/GAB/MJ, de 21 de agosto de 2002, publicada no Diário Oficial da União nº 162, de 22 de agosto de 2002. Espera-se que no presente exercício a situação seja resolvida para que se estabeleça a regularidade de funcionamento do colegiado.

#### 2.3.1.1.7. AÇÃO 2720 – AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como, as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	Josemar Monteiro de Barros
Responsável pela execução da ação no nível local	Núcleo de Inteligência

**2.3.1.1.7.1. RESULTADOS DA AÇÃO**

A ação não foi implementada em ambiente regional, pois depende de decreto presidencial para regulamentação.

**2.3.1.1.8. AÇÃO 2B11 – MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
<b>Descrição</b>	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Modernização e Tecnologia
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Luciano da Silva Fernandes
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Telecomunicações e Informática

**2.3.1.1.8.1. RESULTADOS DA AÇÃO****FISCALIZAÇÃO DE EXCESSO DE VELOCIDADE**

<b>INFRAÇÕES CONSTATADAS</b>	<b>2.857</b>
<b>TOTAL DE IMAGENS ARQUIVADAS</b>	<b>2.617</b>
<b>TOTAL DE OCORRÊNCIAS</b>	<b>5.474</b>

As Unidades responsáveis por elaborar o planejamento diário das atividades de policiamento rodoviário e fiscalização de trânsito receberam subsídios do Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária através dos sistemas DATATRAN e BR BRASIL quanto aos locais de maior índice de ocorrência de acidentes causados por excesso de velocidade, visando ao planejamento de ações com o objetivo de prevenir a ocorrência dessa infração. Importante destacar que a fiscalização eletrônica de velocidade exige que as vias estejam devidamente sinalizadas com placas de regulamentação e educativas, cuja atribuição legal de instalar é do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, e que a falta de sinalização em alguns segmentos rodoviários de relevância quanto à ocorrência de acidentes impediu a realização da fiscalização.

**2.3.1.1.9. AÇÃO 4526 – OPERAÇÕES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
<b>Descrição</b>	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Combate ao Crime
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Geovanni Bosco Farias Di Mambro
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Operações Especiais

**2.3.1.1.9.1. RESULTADOS DA AÇÃO****OPERAÇÕES REALIZADAS**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>ORDEM DE MISSÃO – OM</b>
Realização de operações policiais especiais para combater crimes de tráfico de drogas, roubo de cargas, ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria.	OM 02; OM 04; OM 08; OM 10; OM 11 e aditamentos; OM 12; OM 15; OM 16; OM 18; OM 21; OM 23; OM 31; OM 33; OM 34; OM 37; OM 41; OM 43; OM 45; OM 46; OM 47 e OM 51, totalizando 30 operações.



Realização de operações policiais especiais para combater crimes de exploração sexual infanto-juvenil.	OM 03, totalizando 01 (uma) operação.
Realização de operações policiais especiais para combater crimes de trabalho escravo.	OM 07; OM 09; OM 32 e aditamento, totalizando 04 operações.
Realização de operações policiais especiais para combater crimes ambientais.	OM 25, totalizando 01 operação.
Realização de operações policiais especiais para realizar segurança de autoridades.	OM 01; OM 05; OM 17; OM 26; OM 28; OM 30; OM 49 e OM 50, totalizando 08 operações.
Realização de operações policiais especiais para realizar operação conjunta com outros órgãos.	OM 20, totalizando 01 operação.

O reduzido número de Policiais lotados no Núcleo de Operações Especiais foi uma das principais dificuldades enfrentadas, tendo em vista a grande demanda de serviços apresentadas à Unidade no decorrer do ano.

No que tange ao impacto humano no alcance dos objetivos, destaca-se a participação da Unidade de maneira positiva, pois as atividades desenvolvidas pelos policiais nela lotados foram otimizadas, de modo que em muitas ocasiões os servidores desempenhavam concomitantemente diversas atribuições.

#### 2.3.1.1.10. AÇÃO 8692 – EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO PARA USUÁRIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais
<b>Descrição</b>	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação de Ensino
<b>Coordenador nacional</b>	Maria Isabel Nogueira de Faria
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal

**2.3.1.1.10.1. RESULTADOS DA AÇÃO****EVENTOS EDUCATIVOS**

<b>EVENTO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PÚBLICO</b>
1º Festival Temático Teatro para o Trânsito	01	1.600
Palestras Educativas	26	2.156
Comandos Educativos	02	870
Ações Educativas – Feiras de ciências, passeatas com alunos	04	1.250
<b>PÚBLICO ATINGIDO</b>	-	<b>5.876</b>

**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS**

<b>UNIDADE</b>	<b>MATERIAL</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Un	Camisetas com manga	230
Un	Bonés	200
Un	Folder	2000
Un	Cartaz	1000
Un	Banner	8
Un	Folder com regulamento	2000
Un	Certificados	50
Un	Convites	200
Un	Locação de equipamentos de sonorização, iluminação, filmagem e produção de vídeo	01
Un	Impressão e veiculação de <i>outdoor</i> por 14 dias	12

**DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS**

<b>EVENTO</b>	<b>DIÁRIAS – R\$</b>	<b>PASSAGENS – R\$</b>
1º Festival Temático Teatro para o Trânsito	8.199,50	4.918,19
Palestras Educativas	1.622,84	Não houve
<b>TOTAL</b>	<b>9.822,34</b>	<b>4.918,19</b>

**QUADRO EVOLUTIVO DO PÚBLICO ATINGIDO**

<b>2008</b>		<b>2009</b>	
<b>PÚBLICO</b>	<b>%</b>	<b>PÚBLICO</b>	<b>%</b>
<b>2.938</b>	<b>0,00</b>	<b>5.876</b>	<b>100</b>

O destaque da ação foi a realização do 1º Festival Temático Teatro para o Trânsito, que envolveu estudantes das escolas de ensino fundamental e médio do município de São Luís, através da apresentação de peças teatrais com o tema Segurança no Trânsito, com o objetivo de ampliar o debate sobre a problemática. Pretende a Instituição fazer com que as crianças e os adolescentes sejam, no futuro, cidadãos conscientes de suas responsabilidades ao interagirem no trânsito e que o debate ultrapasse os limites das escolas e chegue até os domicílios e às comunidades, visando à diminuição da violência e, conseqüentemente, da vitimização por óbitos e por lesões.

Chama-se a atenção para o fato de que os eventos educativos tiveram um aumento de 100% de público atingido em relação ao exercício anterior, demonstrando a atenção e a importância que a Instituição tem dado à ação, como forma de conscientizar as pessoas e assim minimizar os efeitos negativos provocados pelo aumento acelerado da frota de veículos em circulação. É sabido, através de pesquisas e estatísticas, que o fator humano é o que mais contribui para a insegurança no trânsito, motivo pelo qual a Instituição entende que somente através da educação, em todos os níveis de ensino, mediante o cumprimento do



que dispõe o Código de Trânsito Brasileiro, o país será capaz de reduzir os prejuízos decorrentes dos sinistros rodoviários e também diminuir o sofrimento de tantas famílias brasileiras.

#### 2.3.1.1.11. AÇÃO 2723 – POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como, contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
<b>Descrição</b>	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como, credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros. Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários à atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação Geral de Operações
<b>Coordenador nacional</b>	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
<b>Responsável a nível local</b>	Seção de Policiamento e Fiscalização

**2.3.1.1.11.2. RESULTADOS DA AÇÃO**

A ação é abrangente, pois envolve todas as atividades finalísticas da Instituição decorrentes do policiamento ostensivo nas rodovias federais. Ainda que se tenham ações específicas relacionadas ao combate ao crime e ao monitoramento eletrônico, esta ação também contempla essas demandas através do caráter preventivo quanto à ocorrência de acidentes e ao combate aos crimes de trânsito. Por esta razão os resultados a seguir apresentados refletem a consequência da gestão das ações finalísticas institucionais.

**• FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DAS RODOVIAS**

<b>OCORRÊNCIAS</b>	<b>TOTAL</b>
Veículos fiscalizados	158578
Notificações por infrações de trânsito	31288
Notificações de velocidade com radar fotográfico	2857
Veículos retidos ou recolhidos para regularização	1589
Documentos retidos	2173
CNH recolhidas	200
Auxílios aos usuários	580
Escolta / batedor	23
Animais recolhidos	228
Pessoas vítimas de acidentes socorridas	49



- **COMBATE À CRIMINALIDADE**
  
- **APREENSÕES RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE**

<b>PRODUTOS</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Animais silvestres	Un	20
Carvão vegetal	m3	435
Madeira	m3	1830
Pescados	Kg	7469
Outros	Un	379
<b>TOTAL DE OCORRÊNCIAS</b>	<b>Un</b>	<b>63</b>

- **APREENSÕES DE DROGAS**

<b>DROGAS</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Cocaína	Kg	51,55
Maconha	Kg	11,10
Destruição de pés de maconha	Un	2300
Merla	G	500
Haxixe	Un	0
Lança perfume	Un	0
Outras	Un	140
Diversas	G	0
<b>TOTAL DE OCORRÊNCIAS</b>	<b>Un</b>	<b>13</b>



- **APREENSÕES DE ARMAS E MUNIÇÕES**

<b>TIPOS DE ARMAS E MUNIÇÕES</b>	<b>TOTAL</b>
Revólver	35
Pistola	6
Espingarda	24
Fabricação caseira	9
Total de armas de fogo	74
<b>TOTAL DE OCORRÊNCIAS</b>	<b>59</b>
Munição calibre 22/32	228
Munição calibre 38	222
Munição calibre 380	81
Outras munições	219
Total de munições	750
<b>TOTAL DE OCORRÊNCIAS</b>	<b>13</b>

- **APREENSÕES DE CONTRABANDO**

<b>MERCADORIAS</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
CD/VHS/DVD	Un	101132
Cigarro	Pacotes	100
Equipamentos eletrônicos	Un	493
Medicamentos	Un	67088
Outras	Un	16416
<b>TOTAL</b>	<b>Un</b>	<b>185229</b>



- **ATUAÇÕES EM DEFESA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

<b>OCORRÊNCIAS</b>	<b>TOTAL</b>
Crianças e adolescentes vítimas de crimes	4
Total de ocorrências	2
Pessoas detidas por crimes contra menores	2
Adolescente apreendido	6
Total de ocorrências de infração de menores	2
Pessoas envolvidas	0
Pessoas detidas	0

- **OUTROS CRIMES COMBATIDOS**

<b>OCORRÊNCIAS</b>	<b>TOTAL</b>
Falsificação de documentos	31
Saque à carga	0
Trabalhador libertado	70
Veículos recuperados	43
Crimes diversos	26866
Crimes de trânsito	138
<b>TOTAL DE OCORRÊNCIAS</b>	<b>431</b>



- **DETENÇÃO DE PESSOAS**

<b>CRIMES PRATICADOS</b>	<b>TOTAL</b>
Assaltos a cargas	1
Assaltos a ônibus	9
Estrangeiros sem visto	0
Mandados de prisão	51
Roubo e furto de veículos	33
Tráfico de entorpecentes	13
Contrabando e descaminho	21
Trânsito	177
Ambientais	42
Outros	212
<b>TOTAL</b>	<b>559</b>

- **RESULTADOS ADVERSOS**

- **RELACIONADOS A CRIMES DIVERSOS**

<b>CRIMES PRATICADOS</b>	<b>TOTAL</b>
Assaltos a veículos de cargas	42
Assaltos a ônibus	44
Assaltos a táxi	2
Assaltos a veículos particulares	5
Crimes contra a vida e o patrimônio	14



- **RELACIONADOS A ACIDENTES DE TRÂNSITO**

<b>OCORRÊNCIAS</b>	<b>TOTAL</b>
Acidentes sem vítimas	1158
Acidentes com feridos	920
Acidentes com mortes	211
<b>TOTAL DE ACIDENTES</b>	<b>2289</b>
Feridos	1804
Mortes	280
<b>TOTAL DE VÍTIMAS</b>	<b>2084</b>

Verifica-se que no ano de 2009 a Instituição manteve a realização dos trabalhos em diversas frentes de atuação com o propósito de proporcionar segurança pública nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes e combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A Instituição, por meio do policiamento ostensivo rodoviário nos trechos de maior densidade de tráfego e de maior incidência de crimes, desenvolveu ações de fiscalização para combater a imprudência como principal causa de acidentes e mortes, visto que a maioria das ocorrências acontece em pistas com boas condições de tráfego.

**2.3.1.1.12. AÇÃO 8703 – ATIVIDADE CORREICIONAL**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias.
<b>Descrição</b>	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Corregedoria Geral
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Cidenor Guerra
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Corregedoria Regional

**2.3.1.1.12.1. RESULTADOS DA AÇÃO**

No exercício em análise foram autuados 28 processos e remetidos à Corregedoria Regional, não havendo registro de aplicação de penalidades. Foram "absolvidos" dois servidores cujos processos foram julgados e arquivados.

Foram recebidas denúncias e encaminhadas pela Corregedoria Geral ao Núcleo de Assuntos Internos – NUAI para proceder às investigações preliminares. Estas denúncias foram feitas, geralmente de forma anônima, através do portal do DPRF na INTRANET, e por determinação da própria Unidade Central de Corregedoria não devem ser imediatamente autuadas, e sim tratadas de modo reservado. Caso ocorram outras de mesmo teor e referentes ao mesmo local ou servidor, deverão ser objeto de ação do NUAI, e se houver elementos que sustentem a instauração de procedimento disciplinar, serão remetidos à autoridade instauradora com o correspondente pedido de autuação, ficando a cargo da aludida expedir ato designando a comissão.



Foram emitidos Relatórios de Acompanhamento Gerencial de Serviço, como resultado da auditoria a 181 servidores. A partir do segundo semestre esta atividade foi cominada aos Chefes de Delegacia, com o dever de realizar semanalmente em suas unidades.

O exercício encerrou-se com 4 procedimentos disciplinares instaurados, sendo que um deles, apesar de oriundo da Superintendência, foi instaurado pela Corregedoria Geral.

Para as atividades disciplinares foram transferidos recursos no valor de R\$ 60.770,67 para custeio de despesas com diárias. Do montante, uma parcela foi utilizada em instrução processual e uma outra em Acompanhamento Gerencial do Serviço.

A Corregedoria Regional dispôs de 6 servidores nela lotados. Do total, 2 estavam cedidos para atuarem em outra Unidade Regional e 1 outro está atuando em processos da própria Superintendência. Acrescente-se a disponibilização de um estagiário que auxiliou no serviço da Unidade.

Embora estivesse relativamente suprida em termos de materiais como câmara fotográfica, filmadora, GPS, Impressoras e outros, a Corregedoria Regional se ressentiu da falta de alguns equipamentos, tais como, computadores, mesas, cadeiras, que não foram adquiridos pela não transferência de recursos orçamentários para atender a essa finalidade.

O desenvolvimento da ação esteve voltado para o estabelecimento comportamental compatível com os padrões éticos, profissionais e disciplinares, imprescindíveis ao desempenho eficiente das atribuições funcionais, ao mesmo tempo em que contribuíram para a boa imagem institucional e para o alcance dos objetivos.

### **2.3.2. PROGRAMA 1386 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

<b>Tipo de programa</b>	<b>Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais</b>
<b>Objetivo geral</b>	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas destinadas à segurança pública
<b>Gerente de programa</b>	Hélio Cardoso Derenne
<b>Gerente Executivo</b>	Ricardo Max de Oliveira Pereira
<b>Indicadores ou parâmetros</b>	Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas
<b>Público Alvo</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais



O programa foi concebido para dotar a Instituição dos meios necessários à execução eficiente de suas atividades finalísticas, através da adequação das instalações físicas das unidades operacionais, aquisição de logística material, desenvolvimento de tecnologias relacionadas a sistemas de informações para o monitoramento e fiscalização do trânsito na malha rodoviária federal.

### 2.3.2.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

#### 2.3.2.1.1. AÇÃO ID49 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária FEDERAL

<b>Tipo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	Aquisição de um imóvel para instalação da Sede Central do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
<b>Descrição</b>	Aquisição de um imóvel na cidade de Brasília-DF, com características que atendam às necessidades administrativas do DPRF, com área útil de 10 mil metros quadrados gerando condições de trabalho favoráveis aos recursos humanos da Unidade Central, através de instalações adequadas para o desenvolvimento de suas atividades e atendimento à sociedade.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Givaldo Medeiros da Silva
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Não há. Ação Centralizada

#### 2.3.2.1.1.1. RESULTADOS DA AÇÃO

Ação não implementada em ambiente regional, pois se trata da construção da sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Brasília-DF.

**2.3.2.1.2. AÇÃO 200G - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

<b>Tipo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	Prover a estrutura organizacional do DPRF de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis à melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
<b>Descrição</b>	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública do Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Rommel Brandão
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Serviços Gerais

**2.3.2.1.2.1. RESULTADOS DA AÇÃO**

Ação não implementada em ambiente regional, tendo em vista não ter havido dotação orçamentária para essa finalidade.

**2.3.2.1.3. AÇÃO 8623 - REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

<b>Tipo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
<b>Descrição</b>	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando às necessidades do órgão, no que tange ao desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Rommel Brandão
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Serviços Gerais

**2.3.2.1.3.1. RESULTADOS DA AÇÃO****REFORMA DE UNIDADES**

<b>CONTRATO</b>	<b>OBJETO</b>	<b>VALOR – R\$</b>
<b>01</b>	Elaboração de projetos para reforma das 12 unidades operacionais	<b>93.145,65</b>
<b>02</b>	Reforma da Sede da Superintendência e do posto em Porto Franco	<b>86.835,09</b>
<b>03</b>	Reforma dos postos em São Luís, Itapecuru-Mirim, Porto Franco e sede da 2ª Delegacia	<b>83.936,07</b>
<b>04</b>	Reforma do posto em Peritoró e sede da 3ª Delegacia	<b>37.968,67</b>
<b>TOTAL DE RECURSOS APLICADOS</b>		<b>301.885,48</b>



No exercício fui cumprida a meta estabelecida no planejamento de infraestrutura relativa à elaboração dos projetos de reforma de todas as unidades operacionais da Superintendência, estando prontos aguardando disponibilidade orçamentária para a realização das licitações. No exercício foram licitadas as reformas das unidades operacionais localizadas em São Luís, Caxias e Imperatriz.

Conforme foi planejado no exercício anterior, foram realizadas reformas nas sedes da Superintendência e das Delegacias em Santa Inês e Caxias, e nas unidades operacionais em São Luís, Itapecuru-Mirim, Peritoró e Porto Franco.

#### 2.3.2.1.4. AÇÃO 1835 – IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

<b>Tipo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
<b>Descrição</b>	Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Telecomunicações
<b>Coordenador nacional</b>	Ednilson Bruno
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Telecomunicações e Informática



### 2.3.2.1.4.1. RESULTADOS DA AÇÃO

Na referida ação ressalta-se a manutenção do contrato com a empresa EMBRATEL no valor anual de R\$ 483.968,09, que tem por objeto a disponibilização do sistema de comunicação de dados que interliga todas as unidades operacionais e administrativas à rede institucional, tendo em vista que a Tecnologia da Informação é imprescindível para a eficiência na execução das atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois, através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real.

Importante salientar que as aquisições de novos computadores só aconteceram no final do exercício para recebimento em 2010, resultando em dificuldades na operacionalização dos sistemas em algumas unidades. Apesar de as aquisições terem sido em número insuficiente para atender à demanda, a chegada dos equipamentos irão minimizar, sobremaneira, as dificuldades atualmente vivenciadas.

Não foram feitos investimentos em torres de comunicação via rádio, devido à não transferência de recursos orçamentários.

### 2.3.2.1.5. AÇÃO 200C – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLÍCIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA

<b>Tipo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
<b>Descrição</b>	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Patrimônio
<b>Coordenador nacional</b>	Henrique Lima
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Patrimônio e Material

**2.3.2.1.5.1. RESULTADOS DA AÇÃO**

No exercício, apenas uma viatura foi adquirida para atender ao Núcleo de Operações Especiais – NOE. É imprescindível que em 2010 a Unidade Central da Instituição viabilize recursos para a aquisição de novas viaturas, considerando estas serem a principal ferramenta de trabalho da Instituição. Ressalte-se que a Unidade não elabora planejamento relativo à aquisição de viaturas, cuja responsabilidade está centralizada na CGA.

**2.3.2.1.6. AÇÃO 8698 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

<b>Tipo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	Manter e modernizar os sistemas e equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas e
<b>Descrição</b>	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Telecomunicações
<b>Coordenador nacional</b>	Ednilson Bruno
<b>Responsável local</b>	Núcleo de Telecomunicações e Informática



### 2.3.2.1.6.1. RESULTADOS DA AÇÃO

Ressalta-se a manutenção da rede de comunicação de dados e voz representada pelos seguintes sistemas:

- **INFOSEG:** Sistema que disponibiliza informações de Justiça e Segurança Pública através de uma rede privativa em âmbito nacional. O sistema é uma ferramenta amplamente utilizada pelos órgãos de Segurança Pública, pois integra nacionalmente as informações de indivíduos com mandados de prisão não cumpridos, processos e inquéritos criminais, dados sobre veículos, condutores, armas registradas ou apreendidas pela Polícia Civil, Polícia Federal ou pela Justiça Criminal;
- **BR BRASIL:** Ferramenta tecnológica com a finalidade de otimizar as ações de policiamento e fiscalização, bem como, consolida o banco de dados de acidentes;
- **ALERTA:** De auxílio no combate ao roubo e furto de veículos;
- **SISTEMA DE MULTAS:** Visa garantir a efetiva imposição da penalidade, observando os prazos e rotinas previstas em lei. Todos estes dados são integrados e compartilhados por meio da rede da Polícia Rodoviária Federal, através do sistema *frame relay*, que interliga os computadores dos postos, das sedes das delegacias, da sede da Superintendência e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- **VOIP:** Sistema de comunicação de voz através das estações de trabalho, com diminuição sensível das despesas com telefonia fixa convencional.

### 2.3.3. PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não existe
Gerente Executivo	Não existe
Indicadores ou parâmetros	Não existe
Público Alvo	Governo



Responsável em prover a Unidade dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

### 2.3.3.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

#### 2.3.3.1.1. AÇÃO 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas
<b>Descrição</b>	Esta ação constitui a agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Planejamento Orçamentário
<b>Coordenador nacional</b>	Erinaldo Rodrigues Roberto
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Seção Administrativa e Financeira

**2.3.3.1.1.1. RESULTADOS DA AÇÃO**

Os recursos orçamentários transferidos para a Unidade foram suficientes para o pagamento das despesas decorrentes dos contratos firmados com empresas para terceirização de serviços. Quanto à aquisição de bens materiais será necessário um incremento no exercício de 2010, tendo em vista que alguns materiais não foram adquiridos devido à indisponibilidade de recursos.

No exercício em análise a Unidade realizou despesas para manter e adquirir serviços e materiais que estão discriminados nas tabelas a seguir:

**DESPESAS REALIZADAS DECORRENTES DE CONTRATOS**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>VALOR ANUAL – R\$</b>
Manutenção de viaturas	258.665,78
Combustível para viaturas	392.738,25
Limpeza e manutenção predial	318.618,28
Convênio para estagiários	5.960,77
Telefonia fixa	86.877,39
Segurança patrimonial	460.313,28
Serviço postal e de malotes	4.712,26
Telefonia móvel	24.295,13
Fornecimento de água	16.018,31
Fornecimento de energia elétrica	233.909,84
Locação de imóveis	24.000,00
Serviço de apoio administrativo	11.786,42
Publicação de atos na Imprensa Nacional	8.821,46
Serviço móvel de consulta de dados	4.731,41
Serviço fixo de comunicação de dados	483.968,09
Diária e passagens administrativa	96.608,12

**OUTRAS DESPESAS REALIZADAS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>VALOR – R\$</b>
Aquisição de bilhetes de passagem aérea para servidores	7.088,96
Adaptações elétricas do auditório da sede da Superintendência	6.631,74
Aquisição de material elétrico para a adaptação do auditório	6.709,74
Recuperação da Viatura FIAT PÁLIO placa NHL 3322, sinistrada em 12/02/2009, pertencente à Unidade localizada na Delegacia 18/1	7.346,00
Aquisição de material de consumo para atender necessidade da Unidade	4.646,00
Confecção de impressos	6.820,00
Serviço de recuperação de viatura sinistrada L200 ano 2007 Placa NHD 4055/MA	7.865,00
Aferição de etilômetros	4.500,00
Aquisição de toner remanufaturado para impressoras	7.919,00
Aquisição de cafeteira elétrica com capacidade para 10 litros	650,00
Aquisição de material de expediente para atender necessidades do Núcleo de Documentação da 18ª.	2.347,28
Aquisição de material para o FETRAN	3.083,50
Aquisição de material de expediente	1.148,40
Aquisição de bonés e camisas para o FETRAN	3.155,00
Contratação de empresa especializada em serviços de impressão e veiculação de outdoor para divulgação do FETRAM/MA	7.404,00
Contratação de empresa para instalação de aparelhos de ar condicionado na Sede da Superintendência e das Delegacias	7.940,00
Contratação de empresa especializada na montagem de som, iluminação e filmagem para o FETRAN	6.150,00
Aquisição de material de consumo (carimbos) para atender contrato com a EBCT e demandas da Unidade	607,00
Aquisição de água mineral	8.000,00
Atender despesa com transporte de mobiliário e bagagem de servidora removida ex-ofício.	4.832,00
Manutenção nas instalações prediais da Sede da Unidade com pintura interna de paredes, reparos em instalações elétricas, substituição de revestimentos e fechaduras	10.231,91
Aquisição de mobiliário (mesas e cadeiras)	5.330,00
Aquisição de material mobiliário (longarinas e armários)	2.670,00
Contratação de empresa para fornecimento de serviços de recebimento e/ou coleta, transporte e entrega domiciliar em âmbito nacional de correspondências e encomendas sedex nacional	12.371,50

**2.3.3.1.2. AÇÃO 2003 – AÇÕES DE INFORMÁTICA**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal
<b>Descrição</b>	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	DITEL
<b>Coordenador nacional</b>	Edinilson Bruno
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Telecomunicações e Informática

**2.3.3.1.2.1. RESULTADOS DA AÇÃO**

O principal representante do resultado da ação foi a vigência do contrato de manutenção de equipamentos de informática que foi responsável pela despesa no valor de R\$ 16.132,25. Houve, também, a aquisição de equipamentos de informática no final do exercício que serão utilizados no ano subsequente, com instalação de computadores novos em todos os postos e sedes das Delegacias e Superintendência. Ressalta-se que esses equipamentos deveriam ter sido adquiridos desde 2008 pela Unidade Central da Instituição, o que não ocorreu, comprometendo, sobremaneira, as atividades institucionais no exercício.

**2.3.3.1.3. AÇÃO 2004 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental
<b>Descrição</b>	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Saúde e Assistência Social
<b>Coordenador nacional</b>	Getúlio Câmara
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Seção de Recursos Humanos

**2.3.3.1.3.1. RESULTADOS DA AÇÃO**

Resultado não apurado no exercício.

**2.3.3.1.4. AÇÃO 2010 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
<b>Descrição</b>	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Cadastro
<b>Coordenador nacional</b>	Alecsander Dias Tavares Reis
<b>Responsável a nível local</b>	

**2.3.3.1.4.1. RESULTADOS DA AÇÃO**

Ação concentrada na Coordenação Geral de Recursos Humanos, cujos resultados serão apresentados no Relatório de Gestão da Unidade Central, entretanto, pode-se informar que no exercício foram concedidos os auxílios no montante de R\$ 55.902,00 aos dependentes dos servidores da Unidade.

**2.3.3.1.5. AÇÃO 2011 – AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001
<b>Descrição</b>	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Cadastro
<b>Coordenador nacional</b>	Alecsander Dias Tavares Reis
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Não há. Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

**2.3.3.1.5.1. RESULTADOS DA AÇÃO**

Ação concentrada na Coordenação Geral de Recursos Humanos, cujos resultados serão apresentados no Relatório de Gestão da Unidade Central, entretanto, pode-se informar que no exercício foram concedidos os auxílios no montante de R\$ 13.351,32 a servidores da Unidade.

**2.3.3.1.6. AÇÃO 2012 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório
<b>Descrição</b>	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Cadastro
<b>Coordenador nacional</b>	Alecsander Dias Tavares Reis
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Não há. Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

**2.3.3.1.6.2. RESULTADOS DA AÇÃO**

Ação concentrada na Coordenação Geral de Recursos Humanos, cujos resultados serão apresentados no Relatório de Gestão da Unidade Central, entretanto, pode-se informar que no exercício foram concedidos os auxílios no montante de R\$ 413.658,00 a servidores da Unidade.

**2.3.3.1.7. AÇÃO 09HB – CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004
<b>Descrição</b>	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Cadastro
<b>Coordenador nacional</b>	Alecsander Dias Tavares Reis
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Não há. Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

**2.3.3.1.7.1. RESULTADOS DA AÇÃO**

Ação concentrada na Coordenação Geral de Recursos Humanos, cujos resultados serão apresentados no Relatório de Gestão da Unidade Central, entretanto, pode-se informar que no exercício foram destinados R\$ 3.910.733,24 para custeio de previdência dos servidores da Unidade.

**2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL****2.4.1. INDICADORES DE DESEMPENHO****2.4.1.1. DESEMPENHO REFERENTE AO PROGRAMA SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS**

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores a “Sensação de Segurança”, a “Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais” e a “Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais”.



A Sensação de Segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra, mediante pesquisa, que não foi realizada para aferir o indicador no exercício em análise devido à falta de recursos orçamentários.

A Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais faz-se a partir da análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 1.000.000 de veículos da frota nacional.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano por 1.000.000 de veículos da frota nacional.

<b>PROGRAMA 0663</b>		
<b>INDICADORES</b>	<b>METAS FÍSICAS</b>	<b>RESULTADOS</b>
Taxa de Mortalidade	5,22 mortes / 1.000.000 veículos	4,70
Taxa de Acidentes	43,46 acidentes / 1.000.000 veículos	38,5
Sensação de Segurança	73 %	Não aferido

#### **2.4.1.2. DESEMPENHO REFERENTE AO PROGRAMA DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

O desempenho das ações do programa é avaliado pelo indicador Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, que mede a porcentagem relativa à estrutura física das unidades, à tecnologia da informação e à disponibilidade de viaturas adequadas.

O indicador avalia a eficácia das ações institucionais e é de responsabilidade da Seção Administrativa e Financeira, que mensura o resultado a partir da seguinte fórmula de cálculo:

**Fórmula de Cálculo:  $Iadq = (Unidades Adequadas / Total de Unidades) \times 100$**

**Responsável pelo cálculo: Seção Administrativa e Financeira**



<b>PROGRAMA 1386</b>	
METAS FÍSICAS PARA O PPA 2008-2011	56,67% dos postos, considerados adequados
<b>RESULTADOS OBTIDOS</b>	<b>55,56% dos postos, considerados adequados</b>

<b>COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS</b>	
Postos adequados fisicamente	58,00%
Postos adequados quanto à tecnologia da informação	25,00%
Postos adequados quanto a viaturas	83,00%
<b>Icaif = (58,00% + 25,00% + 83,00%) / 3 = 55,56%</b>	

#### **2.4.1.3. DESEMPENHO REFERENTE AO PROGRAMA APOIO ADMINISTRATIVO**

O programa não contempla indicadores, entretanto, a execução da despesa, que atingiu o patamar acima de 90% referentes aos recursos descentralizados para a Administração da Unidade, infere que a Superintendência foi eficiente e atingiu as metas a partir do orçamento que lhe foi disponibilizado.

#### **2.4.2. ANÁLISE DO DESEMPENHO**

Quanto ao Programa Segurança Pública nas Rodovias Federais verifica-se que a Unidade alcançou as metas estabelecidas para os indicadores “Taxa de Mortalidade” e “Taxa de Acidentes”, apesar das condições adversas que estiveram presentes durante o exercício, notadamente quanto à extensa malha viária e o reduzido número de servidores para o desempenho das funções, o que se infere que a estratégia concebida foi a mais acertada.



O indicador “Sensação de Segurança” não foi aferido, tendo em vista a indisponibilidade de recursos orçamentários para atender à finalidade.

No que se refere ao Programa Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal constata-se um desempenho que se aproximou da meta para o exercício, ressaltando-se um índice baixo relativo à adequação à tecnologia da informação, decorrente da dificuldade de investimentos por indisponibilidade orçamentária.

Evidencia-se que as unidades operacionais necessitam de melhor adequação para proporcionar aos servidores condições para o desenvolvimento das atividades laborais e para atender satisfatoriamente ao público em geral, que diariamente necessita do apoio institucional. Os postos precisam ser dotados de instalações privativas para policiais de ambos os sexos e para receber portadores de necessidades especiais. Outra demanda refere-se à instalação de locais apropriados para guarda de veículos removidos, para assim a Instituição garantir que os bens sob sua custódia estejam protegidos e voltem intactos aos seus proprietários.

Essas deficiências serão sanadas a partir da execução dos projetos de reforma, ampliação e adequação das unidades operacionais, que estão prontos e aguardando recursos orçamentários. No final do exercício foram licitadas obras para reforma e ampliação de três unidades, atualmente em execução.

O índice mais expressivo refere-se à adequação quanto a viaturas, devido ao programa de renovação de frota estabelecido pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal que prevê o leilão de veículos oficiais após quatro anos de uso.

## 2.5. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

<b>Denominação das Unidades Orçamentárias</b>	<b>Código da UO</b>	<b>Código SIAFI da UGO</b>
<b>Departamento de Polícia Rodoviária Federal</b>	<b>30107</b>	<b>200109</b>

**2.5.1. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES**

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	1.664.593.373	1.959.165.733	0	0	340.817.518	288.700.814	
	PLOA	1.664.593.373	1.959.165.733	0	0	189.044.452	193.446.850	
	LOA	1.664.593.373	1.959.165.733	0	0	189.044.452	185.102.742	
CRÉDITOS	Suplementares	59.923.996	9.900.000	0	0	18.849.554	58.183.993	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	10.000
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	4.658.811	0
	Créditos Cancelados	0	0	0	0	-2.082.500	-6.385.000	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
<b>Total</b>		<b>59.923.996</b>	<b>9.900.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>21.425.865</b>	<b>51.808.993</b>	

**2.5.2. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL**

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	126.055.794	109.779.370	0	0	0	0	
	PLOA	31.008.548	26.633.400	0	0	0	0	
	LOA	55.560.388	48.483.400	0	0	0	0	
CRÉDITOS	Suplementares	16.811.828	34.485.000	0	0	0	0	
	Especiais	Abertos	0	0	0	5.501.000	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	230.754	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	-20.100.368	-25.501.000	0	0	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
<b>Total</b>		<b>-3.057.786</b>	<b>8.984.000</b>	<b>0</b>	<b>5.501.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	



### 2.5.3. QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	2.005.410.891	2.247.866.547	126.055.794	109.779.370	0	0	
	PLOA	1.853.637.825	2.152.612.583	31.008.548	26.633.400	0	28.601.553	
	LOA	1.853.637.825	2.144.268.475	55.560.388	48.483.400	0	28.601.553	
CRÉDITOS	Suplementares		78.773.550	68.083.993	16.811.828	34.485.000	0	0
	Especiais	Abertos	0	10.000	0	5.501.000	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	4.658.811	0	230.754	0	0	0
	Créditos Cancelados		-2.082.500	-6.385.000	-20.100.368	-25.501.000	0	0
Outras Operações		0	0		0	0	0	
Total		81.349.861	61.708.993	-3.057.786	14.485.000	0	0	

### 2.5.4. ANÁLISE CRÍTICA DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORIGINÁRIA E ADICIONAL

A referida análise será feita pela Unidade Central da Instituição, a quem compete propor e fazer a programação orçamentária anual para transferir recursos às Unidades Jurisdicionadas no decorrer do exercício.

**2.5.5. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA**

<b>Despesas Correntes</b>						
<b>Natureza da Movimentação de Crédito</b>		<b>UG concedente ou recebedora</b>	<b>Classificação da ação</b>	<b>1 – Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>
<b>Interna</b>	<b>Concedidos</b>	200109 DPRF		1.968.097.535		146.836.399
	<b>Recebidos</b>					
<b>Externa</b>	<b>Concedidos</b>	170009 ESAF				6.250
		153103 UFRN				627.433
		200006 CGRH/MJ				11.528.481
	<b>Recebidos</b>	153978 INEP				62.810
		200094 CGOF/MJ				2.931.780
		200331 FNSP				181.855
		257001 FNS				3.358.295
		393001 ANTT				5.666.159
<b>Despesas de Capital</b>						
<b>Natureza da Movimentação de Crédito</b>		<b>UG concedente ou recebedora</b>	<b>Classificação da ação</b>	<b>4 - Investimentos</b>	<b>5- Inversões Financeiras</b>	<b>6 – Outras Despesas de Capital</b>
<b>Interna</b>	<b>Concedidos</b>	200109 DPRF		14.329.642	5.501.000	
	<b>Recebidos</b>					
<b>Externa</b>	<b>Concedidos</b>	153103 UFRN		232.268		
	<b>Recebidos</b>	110244 FNCA		224.370		
		200094 CGOF/MJ			8.874.975	

**2.5.5.1. ANÁLISE CRÍTICA DAS CONCESSÕES E RECEBIMENTO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS POR MOVIMENTAÇÃO INTERNA E EXTERNA**

A referida análise será feita pela Unidade Central da Instituição, a quem compete gerir os recursos decorrentes das concessões e recebimento de créditos orçamentários.

**2.6. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA****2.6.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada, tendo em vista a aludida não originar créditos.

**2.6.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO****2.6.2.1. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
<b>Licitação</b>				
Convite	1.011.349	473.819	324.739	137.732
Tomada de Preços	3.703.554	7.121.096	998.885	978.481
Concorrência	8.423.153	6.183.746	7.875.979	3.977.177
Pregão	123.591.218	114.136.904	85.580.077	86.983.704
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	34.157.856	46.313.878	27.309.960	36.229.868
Inexigibilidade	6.943.203	23.323.410	5.052.769	5.956.220
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	106.484	93.383	104.750	91.310
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	1.737.591.555	1.983.987.649	1.737.591.555	1.983.987.649
Diárias	9.876.644	17.640.263	9.876.644	17.640.263
<b>Outros</b>				

**2.6.2.2. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>
01 - APOSENTADORIAS E REFORMAS	487.287.822	559.895.681	487.287.822	559.895.681	588.977	0	487.287.822	559.895.681
03 - PENSOES	123.905.539	146.258.364	123.905.539	146.258.364	1.124.071	0	123.905.539	146.258.364
08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	673.873	689.915	673.873	689.915	0	0	673.873	689.915
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	878.890.551	1.004.340.578	878.890.551	1.004.340.578	427.996	0	878.890.551	1.004.340.578
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	0	217.342.545	0	217.342.545	0	0	191.293.626	217.342.545
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	0	433.895	0	433.895	3.327	0	406.673	433.895
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	31.100.428	32.950.573	31.100.428	32.950.573	51.236	0	31.100.428	32.950.573
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.570.600	209.036	2.570.600	209.036	12.984	0	2.570.600	209.036
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>
03 - PENSOES	74.122	112.305	71.389	112.305	2.732	0	71.389	112.305
08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	2.230.436	2.214.661	2.146.994	2.214.661	83.442	0	2.146.994	2.214.661
14 - DIÁRIAS	9.876.644	21.399.337	9.876.644	21.378.983	0	20.354	9.876.644	21.369.634
30 - MATERIAL DE CONSUMO	43.391.824	38.012.835	30.040.027	30.287.691	12.824.304	7.725.143	30.040.027	29.680.396
31 - PREMIAÇÕES CULT.,	9.410	0	0	0	0	0	9.410	



33 - PASSAGENS E DESP. COM LOCOMOÇÃO	3.452.671	3.184.614	3.180.743	2.749.176	271.928	435.439	3.178.566	2.749.176
35 - SERVIÇO DE CONSULTORIA	53.950	848.434	7.750	7.000	46.200	841.434	7.750	7.000
36 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.545.408	2.902.198	1.514.474	2.817.193	4.726	2.878	1.514.474	2.817.193
37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	27.353.180	30.404.307	25.788.465	27.192.755	1.564.715	3.211.551	25.776.597	27.189.634
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	82.647.104	91.105.822	68.680.028	73.732.984	13.967.076	17.372.838	64.673.052	73.656.338
46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	16.063.940	15.827.126	16.063.940	15.827.126	0	0	16.063.940	15.827.126
47 - OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB.	140.876	232.111	138.134	221.217	2.742	10.894	138.125	221.217
49 - AUXÍLIO TRANSPORTE	1.653.105	996.304	1.653.105	996.304	0	0	1.653.105	996.304
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR	2.496.633	1.437.142	2.328.798	1.320.609	155.294	85.523	2.328.798	1.320.609
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.354.246	791.210	4.146.544	750.871	1.207.702	40.339	4.144.744	750.509

### 2.6.2.3. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO OU ELEMENTO DE DESPESA

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>4 – Investimentos</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>
30 - MATERIAL DE CONSUMO	0	27.839	0	0	0	27.839	0	0
39 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS	13.000	146.933	0	110.200	13.000	36.733	0	110.200
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	3.529.412	5.743.588	878.514	363.656	2.650.898	5.379.932	878.514	363.656
52 - EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	31.159.310	37.680.442	7.668.726	5.843.462	23.490.584	31.836.980	7.601.512	5.577.237
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.458	0	7.458	0	0	0	7.458	0
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>



61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	5.501.000	0	0	0	5.501.000	0	0	0
6 - Amortização da Dívida	S	S	S	S	S	S	S	S
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

#### 2.6.2.4. EVOLUÇÃO DOS GASTOS GERAIS

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. Passagens	71.539,28	111.953,50	52.794,96
2. Diárias e ressarcimento de despesas em viagens	343.477,82	273.251,29	364.498,95
3. Serviços Terceirizados	-	-	-
3.1. Publicidade	0,00	0,00	0,00
3.2. Vigilância, limpeza e conservação	721.251,12	800.046,62	778.931,56
3.3. Tecnologia da informação	279.585,78	483.946,12	483.968,09
3.4. Outras terceirizações	567.445,52	1.334.776,60	1.104.781,52
4. Cartão de pagamento do Governo Federal	4.169,72	0,00	0,00
5. Suprimento de Fundos	13.893,30	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.001.362,54</b>	<b>3.003.974,13</b>	<b>2.784.975,08</b>

#### 2.6.2.5. ANÁLISE CRÍTICA DA GESTÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

A referida análise será feita pela Unidade Central da Instituição, a quem compete controlar a execução orçamentária e gerir demandas decorrentes de contingenciamento. No plano regional, os eventos negativos que mais influenciaram na execução orçamentária foram o atraso de transferências financeiras que inviabilizaram o cumprimento de obrigações com fornecedores de produtos e serviços no prazo delimitado.

**2.6.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO****2.6.3.1. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO**

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
Código no PPA: 1386		Denominação: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Dotação – R\$		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
0,00	2.008.658,50	639.878,94	639.878,94	1.368.779,56	639.878,94	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Coefficiente de adequação das instalações físicas	31/12/2009	56,67	56,67	56,67	55,56
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>						
<b>(Unidades adequadas / Total de unidades) x 100</b>						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>						
<b>Resultado quase satisfatório com meta quase atingida</b>						

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
Código no PPA: 0750		Denominação: APOIO ADMINISTRATIVO				
Dotação – R\$		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
0,00	1.475.797,83	1.289.703,32	1.289.703,32	186.094,51	1.289.703,32	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não houve	-	-	-	-	-
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>						
<b>Não houve.</b>						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>						
<b>Resultado satisfatório com utilização de mais de 90% dos recursos descentralizados</b>						



IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO						
Código no PPA: 0663		Denominação: SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS				
Dotação – R\$		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
0,00	1.043.005,51	900.891,52	900.891,52	142.113,99	900.891,52	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Acidentes	31/12/2009	43,46	43,46	43,46	38,50
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>						
$(\text{Número de acidentes} / \text{Frota Nacional}) \times 1.000.0000$						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>						
Resultado satisfatório com alcance da meta estabelecida						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Mortes	31/12/2009	5,22	5,22	5,22	4,70
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>						
$(\text{Número de mortes} / \text{Frota Nacional}) \times 1.000.000$						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>						
Resultado satisfatório com alcance da meta estabelecida						

### 2.6.3.2. ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO

A referida análise será feita pela Unidade Central da Instituição, a quem compete controlar a execução orçamentária e gerir demandas decorrentes de contingenciamento. No plano regional, os eventos negativos que mais influenciaram na execução orçamentária foram o atraso de transferências financeiras que inviabilizaram o cumprimento de obrigações decorrentes de ordens de missão para as atividades finalísticas, resultando no atraso de pagamento de diárias do tipo operacional.



#### 2.6.4. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES EXECUTADAS PELA UJ

<b>Função</b>		06	06	06	06
<b>Subfunção</b>		128	181	183	181
<b>Programa</b>		0663	0663	0663	0663
<b>Ação</b>		2524	2723	2816	4290
<b>Tipo da Ação</b>		Atividade	Atividade	Atividade	Atividade
<b>Prioridade</b>		3	4	3	3
<b>Unidade de Medida</b>		Servidor capacitado	Procedimento realizado	Operação realizada	Pessoa atendida
<b>Execução Física</b>	<b>Meta Prevista</b>	269	244.949	10	800
	<b>Meta Realizada</b>	406	96.840 *	07	426
	<b>Meta 2010</b>	269	252.372	10	800
<b>Execução Financeira</b>	<b>Meta Prevista</b>	48.842,34	842.617,24	10.647,33	8.273,92
	<b>Meta Realizada</b>	45.127,15	721.211,15	10.179,65	8.273,92
	<b>Meta 2010</b>	14.125,24	Não definida	Não definida	Não definida

\* Meta realizada em seis meses a partir de julho quando entrou em vigência a Portaria 30/DG/DPRF/MJ, que possibilitou o registro dos procedimentos.

<b>Função</b>		06	06	06	06
<b>Subfunção</b>		181	452	181	181
<b>Programa</b>		0663	0663	0663	1386
<b>Ação</b>		4526	8692	8703	1835
<b>Tipo da Ação</b>		Atividade	Atividade	Atividade	Projeto
<b>Prioridade</b>		3	3	3	3
<b>Unidade de Medida</b>		Operação realizada	Pessoa capacitada	Processo concluído	Sistema implantado
<b>Execução Física</b>	<b>Meta Prevista</b>	30	6.000	30	Não definida
	<b>Meta Realizada</b>	45	5.876	02	Não aferida
	<b>Meta 2010</b>	30	10.000	100	Não definida
<b>Execução Financeira</b>	<b>Meta Prevista</b>	40.684,10	31.169,91	60.770,67	27.270,30
	<b>Meta Realizada</b>	40.620,76	16.712,59	58.766,54	14.420,00
	<b>Meta 2010</b>	Não definida	Não definida	Não definida	Não definida



<b>Função</b>		06	06	06	06
<b>Subfunção</b>		181	181	181	126
<b>Programa</b>		1386	1386	1386	0750
<b>Ação</b>		200C	8698	8623	2003
<b>Tipo da Ação</b>		Projeto	Projeto	Projeto	Atividade
<b>Prioridade</b>		3	3	3	3
<b>Unidade de Medida</b>		Veículos adquiridos	Sistema mantenido	Unidades reformadas	Não definida
<b>Execução Física</b>	<b>Meta Prevista</b>	02	05	03	Não definida
	<b>Meta Realizada</b>	02	05	00	Não aferida
	<b>Meta 2010</b>	Não definida	05	Não definida	Não definida
<b>Execução Financeira</b>	<b>Meta Prevista</b>	126.300,00	710.744,20	1.127.723,93	Não definida
	<b>Meta Realizada</b>	0,00	613.804,27	11.654,67	11.880,00
	<b>Meta 2010</b>	Não definida	710.744,20	Não definida	Não definida

<b>Função</b>		06	06	06	06
<b>Subfunção</b>		122	301	365	331
<b>Programa</b>		0750	0750	0750	0750
<b>Ação</b>		2000	2004	2010	2011
<b>Tipo da Ação</b>		Atividade	Atividade	Atividade	Atividade
<b>Prioridade</b>		3	4	3	3
<b>Unidade de Medida</b>		Não definida	Não definida	Não definida	Não definida
<b>Execução Física</b>	<b>Meta Prevista</b>	Não definida	Não definida	Não definida	Não definida
	<b>Meta Realizada</b>	Não aferida	Não aferida	Não aferida	Não aferida
	<b>Meta 2010</b>	Não definida	Não definida	Não definida	Não definida
<b>Execução Financeira</b>	<b>Meta Prevista</b>	Não definida	Não definida	Não definida	Não definida
	<b>Meta Realizada</b>	1.277.823,32	Não apurada	55.902,00	13.351,32
	<b>Meta 2010</b>	Não definida	Não definida	Não definida	Não definida



<b>Função</b>		06	06		
<b>Subfunção</b>		306	122		
<b>Programa</b>		0750	0750		
<b>Ação</b>		2012	09HB		
<b>Tipo da Ação</b>		Atividade	Atividade		
<b>Prioridade</b>		3	3		
<b>Unidade de Medida</b>		Não definida	Não definida		
<b>Execução Física</b>	<b>Meta Prevista</b>	Não definida	Não definida		
	<b>Meta Realizada</b>	Não aferida	Não aferida		
	<b>Meta 2010</b>	Não definida	Não definida		
<b>Execução Financeira</b>	<b>Meta Prevista</b>	Não definida	Não definida		
	<b>Meta Realizada</b>	413.658,00	3.910.733,24		
	<b>Meta 2010</b>	Não definida	Não definida		

#### 2.6.4.1. ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

As ações responsáveis pela mensuração dos indicadores do Programa Segurança Pública nas Rodovias Federais, relativas ao policiamento e à fiscalização de trânsito, tiveram suas metas físicas alcançadas, como pode ser verificado na avaliação de desempenho, com exceção do indicador “Sensação de Segurança”, que não foi aferido tendo em vista a pesquisa com usuários das rodovias não ter sido realizada. As demais ações do programa alcançaram o êxito pretendido e contribuíram para o bom desempenho da Unidade, apesar das dificuldades advindas do reduzido número de servidores frente às demandas que se apresentaram.

As ações 2C78, 2B11, 4641, 86A1 e 2720 não receberam recursos transferidos da Unidade Central da Instituição, ressaltando-se que a ação 86A1 foi responsável pelo processamento de 33.285 multas por infrações de trânsito e pelo julgamento de 2.500 processos relativos a pedidos de cancelamento de autos de infrações.

Quanto às ações do Programa Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal é importante ressaltar que a indisponibilidade orçamentária contribuiu, sensivelmente, para que a Unidade não alcançasse o índice previsto para o indicador



“Adequação Física das Unidades Operacionais”, principalmente no que se refere à tecnologia da informação, pois, os equipamentos de informática somente foram adquiridos no final do exercício para utilização em 2010, quando se pretende aumentar a eficiência institucional.

A ação 200G, relativa à construção de bases operacionais, não recebeu recursos transferidos da Unidade Central da Instituição.

O Programa Apoio Administrativo, apesar de não ter indicador, teve suas ações executadas em alinhamento às demandas institucionais, não havendo comprometimentos significativos. Ressalta-se, por conseguinte, que todas as Unidades da Superintendência requerem mobília nova e moderna para que atenda às necessidades de conforto aos servidores e ao público em geral, assim como, eficiência no desempenho das atribuições funcionais.

## 2.7. INDICADORES INSTITUCIONAIS

Além dos indicadores de desempenho estabelecidos para os programas do Plano Pluri-Anual, a Instituição introduziu o indicador “Procedimentos de Fiscalização”, relativos à fiscalização de veículos, fiscalização de pessoas e realização de testes de alcoolemia, através da Portaria nº 30/DG/DPRF/MJ, de 30 de junho de 2009, com vigência a partir de 01 de julho de 2009, cujos resultados estão dispostos no quadro abaixo:

<b>INDICADOR DE DESEMPENHO</b>					
<b>JULHO</b>	<b>AGOSTO</b>	<b>SETEMBRO</b>	<b>OUTUBRO</b>	<b>NOVEMBRO</b>	<b>DEZEMBRO</b>
52,38%	40,54%	62,67%	78,81%	95,82%	134,95%
<b>META MENSAL DE PROCEDIMENTOS: 20.412,41</b>					

Percebe-se que nos meses iniciais a Unidade não cumpriu as metas estabelecidas, devido, em grande parte, à falta de conscientização dos servidores quanto a sua importância e à resistência em preencher as planilhas. No decorrer do tempo a Unidade se mobilizou no sentido de promover essa conscientização e, progressivamente, foi se aproximando da meta, chegando em dezembro a 134%.

Os procedimentos de fiscalização têm o objetivo de resgatar a identidade institucional, pois aproxima o Policial Rodoviário Federal da sociedade para assim prestar um



serviço de qualidade, na orientação, no atendimento e no auxílio às pessoas, decorrentes dos diversificados problemas que se apresentam nas rodovias.

### 3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

#### 3.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
<b>Estatutários</b>	Σ	Σ	Σ
Próprios	269	282	624
Requisitados	00	00	00
<b>Celetistas</b>	00	00	00
<b>Cargos de livre provimento</b>	Σ	Σ	Σ
Estatutários	01	01	06
Não Estatutários	00	00	00
<b>Terceirizados</b>	41	50	33
<b>Total</b>	<b>307</b>	<b>332</b>	<b>663</b>

#### 3.1.1. COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2007, 2008 E 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
<b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						
2007	290	23.574.303,43	110.193,41	3.217.518,72	828.812,92	543.649,44
2008	282	24.098.286,28	135.539,68	3.452.245,14	859.829,85	531.606,55
2009	269	27.085.457,45	137.112,05	3.561.295,24	1.009.621,23	486.886,28
<b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						
2007	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



<b>Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)</b>								
2007	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>Requisitados com ônus para a UJ</b>								
2007	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>Requisitados sem ônus para a UJ</b>								
2007	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>QUADRO TERCEIRIZADO</b>								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	52	721.251,12	0	0,00	0	0,00	27	50.226,13
2008	53	800.046,62	0	0,00	0	0,00	29	74.209,60
2009	55	778.931,56	17	12.062,42	0	0,00	24	116.795,92

### 3.1.2. DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE ÁREA-FIM NO EXERCÍCIO DE 2009

Não houve.

### 3.1.3. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

A apuração do indicador referente a absenteísmo ficou prejudicada, tendo em vista a ação de acompanhamento psicossocial dos servidores não ter sido realizada por falta de profissionais habilitados para essa finalidade. Não houve a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Quanto ao perfil etário, verifica-se no quadro e gráficos abaixo que existem servidores ativos desempenhando as atribuições do cargo de Policial Rodoviário Federal com mais de 60 anos de idade e com mais de 30 anos de serviço, alguns por determinação judicial mediante concessão de liminar em mandado de segurança por haverem completado a idade limite de 65 anos para aposentadoria compulsória. A situação preocupa e tende a agravar-se à medida que o efetivo se aproxima desse tempo limite e resiste à passagem para a inatividade diante do benefício do abono de permanência em que o servidor recolhe o PSS após atingir o



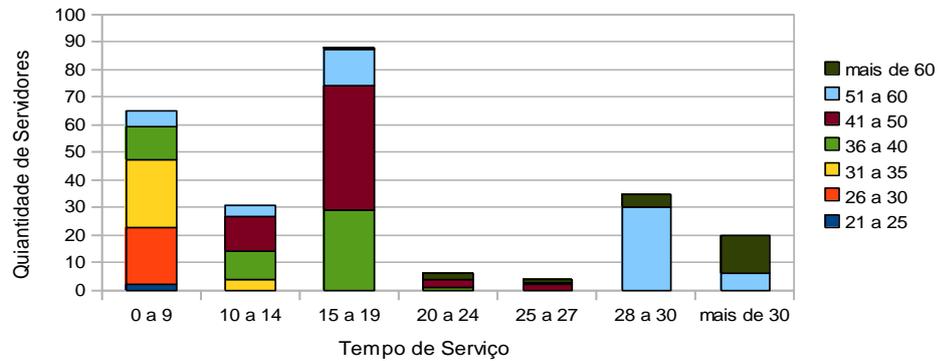
tempo de aposentadoria, mas tem o valor imediatamente restituído. Nessa situação se encontram 52 servidores.

Nesse contexto, chama-se a atenção para a rotina de trabalho exaustiva, estressante e cheia de riscos, decorrentes do incremento da criminalidade e da própria dinâmica do trânsito que o torna um perigo iminente. Não raro as equipes de policiamento se deparam com situações em que têm de enfrentar criminosos de todos os níveis de periculosidade e atender acidentes de alta gravidade, requerendo capacidade para enfrentar situações adversas e, acima de tudo, vigor físico e mental, para não se tornarem mais uma vítima da violência. Por outro lado, se os 52 servidores optassem pela inatividade ou fossem obrigados a fazerem essa passagem, a Unidade teria sérios problemas em manter suas atividades e certamente teria que desativar unidades operacionais, causando grandes prejuízos à sociedade, notadamente às pessoas que utilizam as vias federais abertas ao trânsito, portanto, é premente que a Instituição viabilize a implementação de um plano voltado para a substituição de servidores que passam para a inatividade, assim como, relativo a todas as modalidades de vacância existentes.

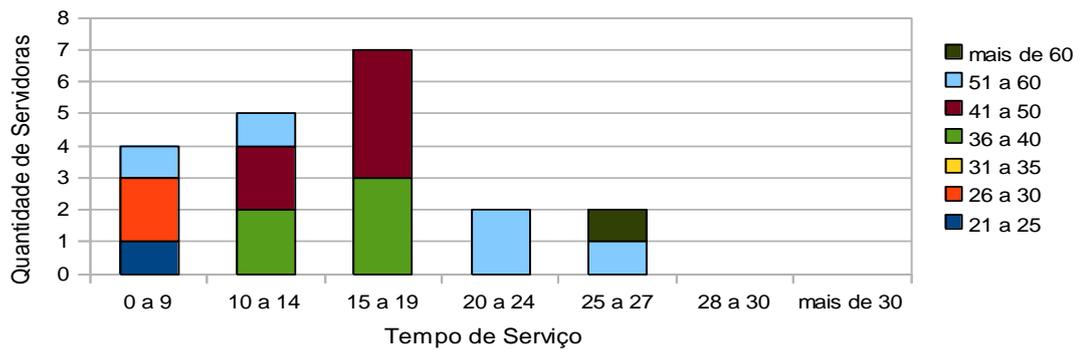
PERFIL ETÁRIO DOS SERVIDORES								
TEMPO DE SERVIÇO	SEXO	21 a 25	26 a 30	31 a 35	36 a 40	41 a 50	51 a 60	> 60
0 a 9	M	2	21	24	12		6	
	F	1	2				1	
	TOTAL	3	23	24	12		7	
10 a 14	M			4	10	13	4	
	F				2	2	1	
	TOTAL			4	12	15	5	
15 a 19	M				29	45	13	1
	F				3	4		
	TOTAL				32	49	13	1
20 a 24	M				1	3		2
	F						2	
	TOTAL				1	3	2	2
25 a 27	M					2	1	1
	F						1	1
	TOTAL					2	2	2
28 a 30	M						30	5
	F							
	Total						30	5
mais de 30	M						6	14
	F							
	Total						6	14



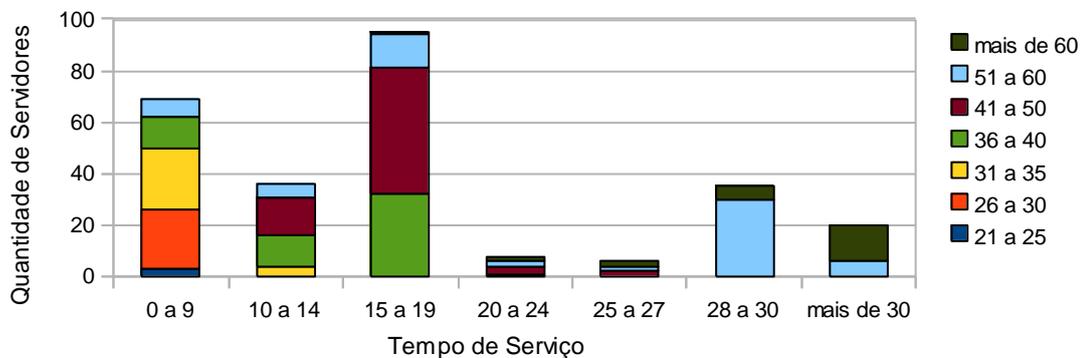
Tempo de Serviço x Idade  
18ª SRPRF/MA - Masculino



Tempo de Serviço x Idade  
18ª SRPRF/MA - Feminino



Tempo de Serviço x Idade  
18ª SRPRF/MA





A rotatividade se realiza a partir das remoções entre servidores de Unidades Regionais diversas, autorizadas pela Unidade Central de Recursos Humanos, ressaltando que no exercício houve apenas uma remoção por permuta em que um servidor foi transferido para a 15ª Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Norte e esta Unidade recebeu um servidor procedente da 16ª Superintendência Regional no Estado do Ceará, portanto, sem comprometimento do efetivo em termos de quantidade, restando observar o perfil qualitativo do servidor recepcionado.

O perfil acadêmico, demonstrado abaixo, tende a passar por mudanças sensíveis a partir do ingresso de novos servidores, haja vista que a investidura atual no cargo de Policial Rodoviário Federal exige escolaridade de nível superior, consoante disciplina a Lei nº 11.784/2008, de 22 de setembro de 2008. Espera-se que esse novo perfil traga à Instituição níveis de excelência em todas as suas atividades e principalmente nas relacionadas ao atendimento ao público. Não existem servidores sob o regime de educação continuada.

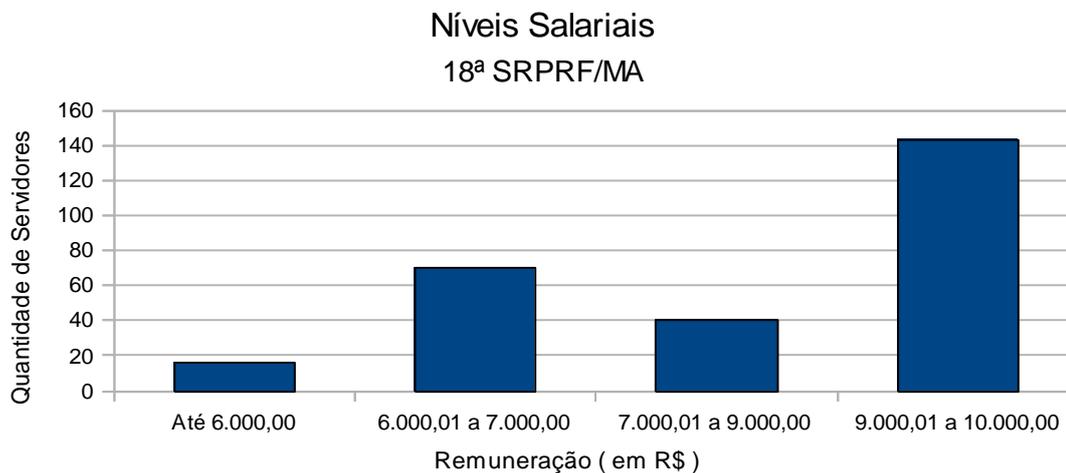
<b>ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO</b>	<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>ENSINO MÉDIO</b>	<b>ENSINO SUPERIOR</b>
3	2	162	102

Não existem indicadores que traduzam a satisfação e a motivação dos servidores. Quanto à disciplina, importante destacar que a Unidade agiu preventivamente a partir da implementação do Acompanhamento Gerencial do Serviço mediante a expedição da Portaria nº 78/2009/GAB/18, de 11 de setembro de 2009, publicada no Boletim de Serviço nº 29, de 15 de setembro de 2009, formalizando o processo de gerenciamento das atividades institucionais, com periodicidade semanal nos postos e quinzenal na sede da Superintendência, sendo envolvidos no processo os Chefes de Delegacias que passaram à obrigatoriedade de fazer o acompanhamento das atividades nos postos e preencher os formulários padronizados. Espera-se reduzir as ocorrências de natureza disciplinar, obter maior organização do ambiente de trabalho, melhor relacionamento entre servidores e com o público em geral, cumprimento do Cartão-Programa e conscientizar os servidores da importância da atividade institucional na proteção das pessoas, seja quanto ao trânsito, seja quanto às ações criminosas, agindo preventivamente e sempre com foco no bem comum.

Nesse contexto, insere-se o desempenho funcional que foi considerado regular frente às demandas que se apresentaram, necessitando de melhorias a partir da capacitação que atendam a todas as frentes de trabalho desenvolvidas pela Instituição.

Quanto aos níveis salariais, percebe-se que a maioria dos servidores, em torno de 53%, tem remuneração mensal entre R\$ 9.000,00 e R\$ 10.000,00, o que valoriza a classe e aumenta a responsabilidade e a contrapartida de exercer com dedicação as atribuições funcionais. Não houve demandas trabalhistas no exercício.

Nível Salarial	Quantidade de Servidores
Até 6.000,00	16
6.000,01 a 7.000,00	70
7.000,01 a 9.000,00	40
9.000,01 a 10.000,00	143



#### 3.1.4. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A SITUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Consoante foi informado, a Unidade tem uma circunscrição formada por sete rodovias que totalizam 3.433,24 quilômetros e apenas 269 servidores para o atendimento das necessidades advindas das competências e atribuições legais, que envolvem as atividades burocráticas, de policiamento rodoviário e de fiscalização de trânsito, razão pela qual deixou de exercer o poder de polícia administrativa de caráter preventivo em longos trechos rodoviários e teve que contratar empresa para fornecimento de mão-de-obra para apoio administrativo, traduzindo a inadequação da quantidade de servidores do quadro funcional ativo frente às várias demandas que integram o rol de atividades das áreas meio e fim.



O desempenho funcional na área meio progride à medida que o servidor exercita as atribuições, sendo também dependente do nível de assimilação, da motivação e da força de vontade, pois o servidor ocupante do cargo de Policial Rodoviário Federal não é formado para exercer aludidas funções, e sim, para desempenhar ações de policiamento e de fiscalização de trânsito. Por outro lado, a carreira administrativa, já aprovada em lei, ainda não se viabilizou com a realização de concurso público e conseqüente formação específica, sendo que os atuais servidores não policiais são remanescentes de quadros extintos de setores distintos da Administração Pública Federal, o que compromete, sobremaneira, o desempenho funcional.

Fica evidente a necessidade de ampliação do quadro de recursos humanos, tanto para atender a área meio quanto a fim, desta forma, não haveria necessidade de terceirização que não fosse para as finalidades de vigilância patrimonial, asseio e conservação predial e outros serviços técnicos especializados que não podem ser realizados por funcionários. Ressalta-se, também, a necessidade de se estabelecer um plano que preveja a renovação do quadro funcional ativo nos casos de vacância estabelecidos em lei, para que a Instituição esteja perene no cumprimento de sua missão primordial de promover segurança pública em sua área de atuação, com sua capacidade plena.

O plano de capacitação dependeu das transferências orçamentárias advindas da Coordenação de Ensino e contemplou com expressividade as atividades da área fim, conforme pode ser verificado nos resultados da Ação 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal do Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais.

Não houve planos de demissões e formação de passivo trabalhista, sendo que a política remuneratória foi regulada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A contratação de empresa especializada em fornecimento de mão-de-obra para apoio administrativo foi muito positiva, pois algumas unidades estavam sufocadas pela gama excessiva de tarefas e com reduzido número de servidores, sendo esta situação minimizada com a disponibilidade de funcionários terceirizados. Mesmo assim, entende-se que o melhor para a Instituição é a contratação para provimento de cargo efetivo, com a devida capacitação a partir das demandas específicas presentes que jamais os terceirizados haverão de atender plenamente. Desta forma, não houve cumprimento de cronograma e medidas estabelecidas pelo órgão ministerial supervisor para substituição das terceirizações de atividades finalísticas, pois não houve autorização do competente ministério para a realização de concurso público para atender a essa finalidade.

**4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

**5. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
2008	4.250,51	-	4.250,47	0,04
2007	3.161,88	-	-	3.161,88
...	-	-	-	-
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
2008	1.027.262,32	100.398,62	800.846,47	134.522,68
2007	519.402,53	101.528,66	430.919,49	8.505,45
...	-	-	-	-
<b>Observações:</b>				

**5.1. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A GESTÃO DO PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS**

Não houve impactos significativos na gestão financeira da Unidade decorrentes de restos a pagar de exercícios anteriores, que foram inscritos tendo em vista as despesas não terem sido liquidadas no exercício contratado.

**6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS OU REALIZADAS NO EXERCÍCIO**

Não houve.



---

**7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

**8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

**9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

**10. OPERAÇÕES DE FUNDOS**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

**11. DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE**

**11.1. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**

Não houve recomendações. Houve somente um pedido de informações mediante o Ofício nº 24583-CGU-R/MA-CGU-PR, que foram prestadas mediante o Ofício nº 312/2009/18ªSR/DPRF/MJ, de 11 de agosto de 2009. As informações se referiram à missão, visão e objetivos institucionais; terceirização de serviços de manutenção predial, vigilância patrimonial, apoio administrativo, outras áreas e contratos com estagiários; atuação correicional e aspectos contributivos para a melhoria da gestão.

**11.3. RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU****11.2.1. DELIBERAÇÃO 01**

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					00361
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	019.958/2008-0	3458/2009	1.5.1.1	Acórdão	Ofício nº 1858/2009
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					003681
Descrição da Deliberação:					
Adote medidas necessárias para o regular funcionamento da Comissão de Análise de Defesa de Autuação – CADA, exigindo-lhe o tempestivo cumprimento das competências previstas no Art. 1º do Regimento Interno desse órgão de deliberação coletiva, anexo à Portaria DG/DPRF n. 19/2006;					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Gabinete do Superintendente					003681
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Expedição da Portaria nº 58/2009/GAB/18, de 25 de junho de 2009, publicada no Boletim de Serviço nº 22, na mesma data, designando 13 servidores para compor a comissão e colocando 09 à disposição exclusiva para a análise processual em sala localizada na sede da Superintendência.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise e julgamento de 2.500 processos no exercício e a diminuição sensível da demanda não atendida nos anos anteriores					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O fator de maior potencial negativo foi a retirada de servidores da área fim, tendo em vista o número reduzido de policiais disponíveis para as atividades, entretanto, a demanda não atendida foi prevalente sobre as demais questões, considerando a responsabilidade institucional de responder às requisições do público em geral					

**11.2.2. DELIBERAÇÃO 02**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					00361
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
02	019.958/2008-0	3458/2009	1.5.1.2	Acórdão	Ofício nº 1858/2009
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					003681
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Formalize, nos termos dos arts. 79, inciso VII, e 107, Inciso II, do Regimento Interno do DPRF, anexo à Portaria MJ n. 1.375/2007, as ações de supervisão e monitoramento das atividades de policiamento ostensivo no âmbito de sua circunscrição, ainda que não disponha de formulário padronizado, mediante a produção de relatórios circunstanciados ou registros equivalentes em livros ou sistemas informatizados.					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Gabinete do Superintendente					003681
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
Expedição da Portaria nº 78/2009/GAB/18, de 11 de setembro de 2009, publicada no Boletim de Serviço nº 29, de 15 de setembro de 2009, formalizando o processo de gerenciamento das atividades institucionais mediante o Acompanhamento Gerencial do Serviço, com periodicidade semanal nos postos e quinzenal na sede da Superintendência em formulário padronizado.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Maior controle das atividades e cumprimento das metas relativas aos procedimentos de fiscalização.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Destaca-se como fator positivo a existência do acompanhamento gerencial a nível de Corregedoria, que foi adaptado para todas as atividades institucionais.					

**11.2.3. DELIBERAÇÃO 03**

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					00361
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	009.706/2009-7	3775/2009	1.4.1	Acórdão	Ofício nº 1796/2009
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					003681
Descrição da Deliberação:					
Determinar à 18ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal que informe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as conclusões obtidas pela comissão de Ressarcimento de Bens, instituída pela Portaria 136, de 23/10/2008 (Publicada no BS 52/2008), bem como, as ações dela advindas.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Gabinete do Superintendente					003681
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Expedição do Ofício nº 406/2009/GAB/18, de 16 de outubro de 2009, com as informações requisitadas.					
Síntese dos resultados obtidos					
A Comissão promoveu a notificação da cobrança de todos os servidores que detinham materiais em seus termos de responsabilidade e que não foram localizados pela Comissão de Inventário. A conclusão dos trabalhos ocorreu com o pagamento através de Guias de Recolhimento da União pelos servidores faltosos e responsáveis pela perda do material de todos os bens públicos não apresentados perante a Comissão, nos termos do que determina a IN SEDAP Nº 205/1988.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A forma responsável e comprometida como a Comissão se conduziu nos trabalhos foi o fator mais preponderante para o resultado obtido.					

**12. INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO, AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE GESTÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU Nº 55/2007**

**12.1. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO**

<b>ATOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>REGISTRADOS NO SISAC</b>
Admissão	01	01
Desligamento	00	00
Aposentadoria	07	07
Pensão	08	08

**13. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO, SOBRE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

DECLARAÇÃO DA CHEFE DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
<b>Denominação completa (UJ):</b>	<b>Código da UG:</b>
18ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MA	200124
<p>Declaro que as informações referentes a contratos, convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas no sistema integrado de administração de serviços gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
<b>Local</b>	São Luís – MA
<b>Data</b>	22 de março de 2010
<b>Chefe da Seção Administrativa e Financeira</b>	Deuzulina Madalena Diniz Santana
<b>Matrícula SIAPE nº</b>	109310

  
Deuzulina M. Diniz Santana  
Chefe da SAF



---

**14. OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES QUANTO À CONFORMIDADE DO DESEMPENHO OPERACIONAL**

Constam no corpo do documento.

**15. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

**B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO****1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
DIRETORIA DE PROGRAMA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
18ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MA		200124	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li><li>• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e</li><li>• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li></ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	04 de março de 2010
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC n°	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes  
COORDENADOR GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
Coordenador



---

**2. PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Não houve.